



Divisão de Logística e Serviços Gerais da DPE-MA <servtransp@ma.def.br>

Solicitação de autorização para elaboração de nova Contratação de locação imóveis Itapecuru Mirim

3 mensagens

Divisão de Logística e Serviços Gerais da DPE-MA <servtransp@ma.def.br>

21 de outubro de 2025 às 11:56

Para: DEFENSORIA GERAL DA DPE-MA <defensoriageral@ma.def.br>

Bom dia,

Vimos por meio deste enviar CI Nº 029/2025, solicitar autorização conforme arquivo em anexo.

Desde já, agradecemos e aguardamos retorno.

--

Atenciosamente,

Supervisão de Logística e Serviços - DPEMA

Telefone: (98) 2055-3010 - Ramal: 3020

**DEFENSORIA PÚBLICA**
do Estado do Maranhão

2 anexos

**CI Nº 029.2025 - Solicitação de Aditivo renovação ao Contrato ITAPECURUR MIRIM.pdf**
467K**PROPOSTA PROPRIETÁRIA PDF SEI.pdf**
1292K

DEFENSORIA GERAL DA DPE-MA <defensoriageral@ma.def.br>

21 de outubro de 2025 às 12:08

Para: servtransp@ma.def.br

Sua mensagem Para: DEFENSORIA GERAL DA DPE-MA Assunto: Solicitação de autorização para elaboração de nova Contratação de locação imóveis Itapecuru Mirim Enviada em: 21/10/2025, 11:56:07 BRT foi lida em 21/10/2025, 12:08:57 BRT

**noname**
1K

DEFENSORIA GERAL DA DPE-MA <defensoriageral@ma.def.br>

28 de outubro de 2025 às 10:06

Para: Divisão de Logística e Serviços Gerais da DPE-MA <servtransp@ma.def.br>

Prezados (as),

Informo a autorização do Defensor Geral para realização de novo contrato de locação do imóvel que abriga a sede do Núcleo Regional de Itapecuru Mirim, bem como autoriza que seja reajustado o valor do aluguel para R\$ 2.500,00.

Atenciosamente



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

Ana Paula Almeida
Assessora da Defensoria Geral

 Gabinete da Defensoria Geral

 (98)3221-6110/ 3231-5819 - Ramal 3069

 defensoriageral@ma.def.br

[Texto das mensagens anteriores oculto]

SUPERVISÃO DE LOGÍSTICA E SERVIÇOS

São Luís (MA), 21 de outubro de 2025.

CI N°. 029/2025 – DLCC/DPE/MA

Da: Supervisão de Logística e Serviços

Para: Defensoria Geral

Assunto: **Novo contrato de locação para o Núcleo Regional da DPE/MA em Itapecuru Mirim/MA.**

Excelentíssimo Defensor Público Geral,

Informamos a Vossa Senhoria que o Contrato n° 064/2016, firmado entre a Defensoria Pública do Estado do Maranhão e a locadora Sr^a. **Maria das Dores Gonçalves**, cujo objeto é locação de imóvel situado na **Rua Coelho Neto, n° 352. Centro, Itapecuru Mirim/MA**, destinado à sede do Núcleo da Defensoria Pública do Estado do Maranhão nesse município, tem término previsto para o dia **1° de dezembro de 2025**.

Em observância às novas determinações relativas às contratações públicas, será necessária a celebração de um Contrato de Locação, em conformidade com a **Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021** (Lei de Licitações e contratos Administrativos).

Nesse sentido, foi apresentado à locadora proposta de manutenção do valor contratual vigente, no valor de R\$ 2.237,35 (Dois mil, duzentos e trinta e sete reais e trinta e cinco centavos), a qual a mesma não concordou. Posteriormente, a locadora apresentou nova proposta, propondo que o valor seja reajustado para **R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais)**, a qual foi aceita.

Dessa forma, a presente contratação, configura-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração, uma vez que a celebração de nova locação com características similares ao imóvel atual, demandaria investimentos adicionais em adaptações e melhorias, além do fato de que o endereço atual possui fácil acesso aos assistidos.



SUPERVISÃO DE LOGÍSTICA E SERVIÇOS

Por fim, solicitamos autorização superior para dar prosseguirmos aos trâmites necessários à formalização da nova contratação.

Atenciosamente,



Pedro Augusto Soares Pereira
21/10/2025 11:37:50
Assinado digitalmente.

Pedro Augusto Soares Pereira
Supervisão de Logística e Serviços
SLS/DPE/MA



PROPOSTA PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL

1- Dados do imóvel

Rua Coelho Neto, nº 352 – Centro, Itapecuru Mirm/MA

2- Dados do Locador

MARIA DAS DORES GONÇALVES

3- Dados do proponente

Defensoria Pública do estado do Maranhão, CNPJ Nº 00.820.295/0001-42 com sede na Avenida Júnior Coimbra, S/N, Jardim Renascença II, São Luís /MA

4- Condições

Pelo presente e na melhor forma de direito, para locação do imóvel acima a seguinte forma e condições:

- Valor de locação mensal R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);
- Valor de locação anual R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);
- Finalidade Sede do Núcleo da Defensoria Pública do Estado do Maranhão;
- Período de locação: 12 (doze) meses;

5- Dados para pagamento da locação

Agência: 562-2

Conta-Corrente: 27836-X

Banco do Brasil

Itapecuru Mirim, 13 de Outubro de 2025


MARIA DAS DORES GONÇALVES



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

ASSESSORIA JURÍDICA

Página 1 de 5

Contrato nº 064/2016
Processo nº 1180/2016

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS QUE ENTRE SI CELEBRAM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO, E DE OUTRO LADO MARIA DAS DORES GONÇALVES, NA FORMA ABAIXO.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 00.820.295/0001-42, com sede na Rua da Estrela, nº 421, Projeto Reviver, Centro, São Luís/MA, daqui em diante denominada LOCATÁRIA, neste ato representada por seu titular, o Defensor Público Geral do Estado em Exercício Dr. EMANUEL PEREIRA ACCIOLY, brasileiro, casado, matrícula nº 2181188 DPE/MA, CPF nº 639.048.963-34, residente e domiciliado nesta Cidade, e de outro MARIA DAS DORES GONÇALVES, RG 389.937 SSP-MA, CPF 093.796.493-04, residente e domiciliada na cidade de Itapecuru Mirim, na Rua Mariana Luz, nº 251, Centro, doravante denominada LOCADORA, resolvem firmar o presente Contrato, com NE nº 2016NE01397, cuja lavratura foi regularmente autorizada em despacho do Defensor Público Geral do Estado às fls. 53, do Processo Administrativo nº 1180/2016, com fundamento no art. 24, X, da Lei 8.666/93, Lei nº 8.245/1991 com integral sujeição às normas nela consubstanciadas, mediante as cláusulas, condições e obrigações seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO


O presente Contrato consiste na locação do imóvel situado na Rua Coelho Neto, nº 352, Bairro Centro, Itapecuru Mirim - MA, destinado à sede do Núcleo da Defensoria Pública do Estado do Maranhão naquele município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Contrato de Locação é de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de 01 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado se for do interesse das partes, observadas, em tudo, as disposições do artigo do art. 62, §3º, I da Lei nº 8.666/93 e a Lei 8.245/91.

PARÁGRAFO PRIMEIRO- Considerar-se-ão, entretanto, devido os alugueres até a data da entrega do imóvel ou da notificação ao LOCADOR para o recebimento, independentemente da existência de outras pendências, desde que efetivamente desocupado o imóvel.

Rua da Estrela, Nº 421 - Praia Grande/Projeto Reviver CEP: 65010-200
Fone / Fax (098) 3231-0958 / 3221-6110 / 3231-5819 - www.dpe.ma.gov.br
CNPJ Nº 00.820.295/0001-42 - São Luís - Maranhão


Assessoria Jurídica



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

ASSESSORIA JURÍDICA

Página 2 de 5

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor mensal estimado do presente Contrato é de R\$ 1.240,00 (Um mil, duzentos e quarenta reais), cujo pagamento a LOCATÁRIA se compromete a fazer até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencimento, mediante depósito bancário na Conta Corrente nº 27836-X, Agência 0562-2, Banco do Brasil.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O LOCADOR deverá emitir, mensalmente, o recibo correspondente à quantia paga.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

O presente Contrato será reajustado a cada período de 12 (doze) meses, a contar da data de início da vigência do Contrato, mediante Apostilamento, ficando pactuado que as partes utilizarão, para tal fim, o valor encontrado pela variação nominal do índice divulgado pelo Governo Federal – IGPM/FGV I (Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas), ou na sua extinção, por outro índice que vier a ser fixado, de acordo com os dispositivos legais vigentes.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONSERVAÇÃO E DA DEVOLUÇÃO DO IMÓVEL

A LOCATÁRIA e o LOCADOR reconhecem receber o imóvel, objeto do presente Contrato, no estado especificado no LAUDO DE AVALIAÇÃO a ser anexado a este contrato no momento da lavratura do mesmo, mantendo-o em perfeito estado de conservação, obrigando-se a restituí-lo nas mesmas condições que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso regular, de acordo com as determinações do art. 23, inciso III, da Lei nº 8.245/91 e as adaptações realizadas pela LOCATÁRIA com anuência do LOCADOR.

CLÁUSULA SEXTA – DOS IMPOSTOS E TAXAS

É de responsabilidade da LOCATÁRIA o pagamento das despesas diretamente ligadas à conservação do imóvel, bem como água, luz, telefone e todas as multas pecuniárias decorrentes do não pagamento ou atraso das quantias mencionadas neste, durante a vigência do presente contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento de impostos e taxas que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel, serão de responsabilidade do LOCADOR, conforme ressalva prevista no art. 22, VIII da Lei 8.245/1991.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REFORMA E DA INDENIZAÇÃO

É de responsabilidade da LOCATÁRIA o encargo de reformar o imóvel em caso de danos ao mesmo quando de sua entrega ao LOCADOR.

Rua da Estrela, Nº 421 – Praia Grande/Projeto Reviver CEP: 65010-200
Fone / Fax (098) 3231-0958 / 3231-6110 / 3231-6819 – www.dpe.ma.gov.br
CNPJ Nº 00.820.295/0001-42 – São Luís – Maranhão

Assessoria Jurídica



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

ASSESSORIA JURÍDICA

IV
SETOR

Página 3 de 5

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A DPE/MA poderá optar pela indenização em substituição a eventuais reformas, desde que haja dotação orçamentária e devida autorização e concordância do LOCADOR, inclusive quanto ao valor ser indenizado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As condições do imóvel serão constatadas e orçadas mediante Termo de Vistoria inclusive quanto ao valor a ser confrontado com aquele firmado, no recebimento do imóvel, por servidor designado da DPE/MA.

CLÁUSULA OITAVA – DOS AJUSTES

A LOCATÁRIA poderá promover adaptações que julgar necessárias no imóvel, desde que estas não comprometam a estrutura e segurança do mesmo, com prévia anuência, por escrito, do LOCADOR, ou seu representante legal, para esse fim constituído.

CLÁUSULA NONA - DAS BENFEITORIAS

As adaptações e benfeitorias que a LOCATÁRIA vier a fazer no imóvel, objeto do presente instrumento, ficarão desde logo incorporadas ao mesmo e não poderão ser desfeitas, renunciando estes expressamente a qualquer indenização ou composição e ao direito de retenção.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CESSÃO, DA TRANSFERÊNCIA E DA SUBLOCAÇÃO

A LOCATÁRIA não poderá ceder, transferir ou sublocar, total ou parcialmente o imóvel objeto do presente contrato para terceiros e particular sob pena de rescisão de pleno direito deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com o pagamento do aluguel mensal, bem como dos encargos, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

UG: 080101

Programa de Trabalho: 03.092.0341.2656.0001

PI: Manutn núcleo

ND: 339036.15 - Serviço de Terceiros Pessoa Física/Loc. de Imóveis

FR: 0101000000

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VISTORIA DO IMÓVEL

Ao LOCADOR é reservada o direito de vistoriar o imóvel, objeto do presente contrato de locação, quando achar conveniente, desde que o faça em horário compatível com o funcionamento do órgão ocupante, podendo fazê-lo, no todo ou em parte, ressalvadas as dependências que as circunstâncias do momento as tornem privativas, ou as que, pela natureza das atividades nelas desenvolvidas, recomendam acesso reservado a determinados servidores públicos.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para o fiel cumprimento do disposto no *caput* desta cláusula, o titular do órgão ocupante do imóvel objeto do presente contrato ou quem por este designado, acompanhará os LOCADORES ou quem, por esta designado, no exercício desse direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido:

- 1) nos casos previstos nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93;
- 2) amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a LOCATÁRIA.
- 3) judicialmente, nos termos da legislação processual.

PARÁGRAFO ÚNICO - Qualquer das partes que descumprir as condições previstas neste instrumento, ficará sujeita a rescisão contratual, nos termos da Lei n.º 8.666/93.

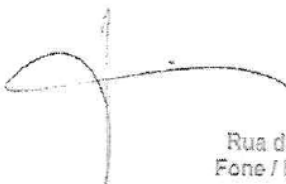
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS JUROS E DA MULTA

O pagamento do aluguel e encargos fora do prazo estabelecido na presente cláusula importará a cobrança de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do aluguel e aos encargos em atraso, acrescido de juros de mora de 0,0333% (trezentos e trinta e três décimos de milésimos por cento) ao dia.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Tudo quanto for devido em razão deste Contrato será cobrado por via executiva, ou ação apropriada, respondendo a parte devedora, além do principal e multa, por todas as despesas judiciais, extrajudiciais e honorários advocatícios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ALIENAÇÃO DO IMÓVEL

OS LOCADORES obrigam-se-ão, no caso de venda do imóvel locado, a denunciar ao comprador a existência deste instrumento, obrigando-o ao seu cumprimento em todas as condições e cláusulas.





DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

ASSESSORIA JURÍDICA

MAI.
SETOR

Página 5 de 5

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Fica desde já o a LOCATÁRIA obrigada a proceder com a transferência para o seu nome da conta de consumo de energia elétrica e água junto às companhias fornecedoras CEMAR e CAEMA respectivamente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de São Luís, Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, não obstante a idoneidade e sinceridade propósito das partes.

E por se acharem justas e contratadas, depois de lido e achado conforme, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem rasuras, perante 02 (duas) testemunhas, que também subscrevem, para maior validade jurídica.

São Luís (MA), 13 de dezembro de 2016.

Emanuel Pereira Accioly
Subdefensor Público-Geral - DPEMA
EMANUEL PEREIRA ACCIOLY

Defensor Público Geral do Estado do Maranhão – Em exercício
LOCATÁRIO

MARIA DAS DORES GONÇALVES
LOCADOR

Maria das Dores Gonçalves

TESTEMUNHAS:

Adelmo Augusto Soares Pereira CPF: 819.735.553-91
Benedito Funes Costa CPF: 132.921.663-20

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

ADITIVO

RESENHA Nº 361/2016. DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 075/2016. AO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 073/2015. PROCESSO Nº 1164/2016. PARTES: Defensoria Pública Geral do Estado do Maranhão e Esicleyton Figueiredo Pacheco Pereira, como interveniente a Faculdade Santa Terezinha - CEST. OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação da vigência, com início em 01 de setembro de 2016 e término em 30 de junho de 2017 e atualização do valor da bolsa estágio. DATA DA ASSINATURA: 01 de setembro de 2016. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UG: 080101, Programa de Trabalho: 03.092.0341.2656.0001; PI: Manutseide; ND: 339036.10-Serv. Terc. Pessoa Física/Estagiário; FR: 0101000000/0301000000. VALOR GLOBAL: O estagiário receberá mensalmente o valor de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais). BASE LEGAL: Lei nº 11.788/08. ARQUIVAMENTO: Pasta de resenha 2016-Aditivos/TCE. São Luís, 20 de dezembro de 2016. BETÂNIA FRANÇA ALVES DE ALMEIDA - Assessoria Jurídica - DPE/MA.

CONTRATO

RESENHA Nº 365/2016. CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 064/2016 - PROCESSO Nº 1180/2016. PARTES: A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO e de outro lado MARIA DAS DORES GONÇALVES. OBJETO DO CONTRATO: Contratação consiste na locação de imóvel, destinado ao Núcleo da Defensoria Pública do Estado do Maranhão no município de Itapecuru Mirim. BASE LEGAL: Lei nº 8.656/93. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UG: 080101; Programa de Trabalho: 03.092.0341.2656.0001; PI: Manutnucleo; ND:

339036.15; FR: 0101000000. VALOR: O valor mensal estimado é de R\$ 1.240,00 (Um mil, duzentos e quarenta reais). DATA DA ASSINATURA: 13 de dezembro de 2016. PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de 01 de dezembro de 2016. ASSINATURA: Defensoria Pública do Estado do Maranhão e de outro lado Maria das Dores Gonçalves. ARQUIVAMENTO: Pasta Resenhas - Contratos 2016. São Luís, 20 de dezembro de 2016. BETÂNIA FRANÇA ALVES GOMES - Assessoria Jurídica - DPE/MA.

TERMO DE COMPROMISSO

RESENHA Nº 384/2016. DO EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 130/2016 - DPE. PROCESSO Nº 1486/2016. PARTES: Defensoria Pública Geral do Estado do Maranhão e Jhessyca Cassia de Araújo Silva, como interveniente a Faculdade Integral Diferencial - FACID, mantida pela integral - no Grupo de Ensino Fundamental, Médio, Técnico e Superior do Piauí S/C LTDA. OBJETO: Contratação de estagiário(a) do curso de Direito. DATA DA ASSINATURA: 25 de novembro de 2016. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UG: 080101, Programa de Trabalho: 03.092.0341.2656.0001; PI: Manutseide (2016) / Manutenção (2017); ND: 339036.10 Serv. Terc. Pessoa Física/Estagiário; FR: 0101000000/0301000000. BASE LEGAL: Lei nº 11.788/2008. VALOR GLOBAL: A estagiária receberá mensalmente o valor de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais). PRAZO DE VIGÊNCIA: Início em 01.12.2016 e término em 30.06.2017. AUTORIZAÇÃO: Emanuel Pereira Accioly - Subdefensor Público-Geral do Estado. ARQUIVAMENTO: Pasta de resenhas 2016 - TCE. São Luís, 20 de dezembro de 2016. BETÂNIA FRANÇA ALVES DE ALMEIDA - Assessoria Jurídica - DPE/MA.

A Unidade de Gestão do Diário Oficial

**Edita, Imprime
e Distribui
qualidade ao
público**

CASA CIVIL

Unidade de Gestão do Diário Oficial

Site: www.diariooficial.ma.gov.brE-mail: atendimento.diariooficial@gmail.com

Av. Senador Vitorino Freire - Areinha

CEP: 65.030-015 - São Luís - Maranhão



**São cadernos dedicados aos Poderes Executivo,
Judiciário e à publicação de matérias de Terceiros.**



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

TERMO ADITIVO

Aditivo nº 052/2024

Processo nº 0003673.110000937.0.2024

Contrato nº 064/2016

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 064/2016, CELEBRADO ENTRE A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO E A SRA. MARIA DAS DORES GONÇALVES.

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 00.820.295/0001-42, com sede na Avenida Júnior Coimbra, S/N, Renascença II, CEP: 65075-696, São Luís/MA, doravante designada **LOCATÁRIA** neste ato representada por seu titular, o Defensor Público-Geral do Estado, **Dr. GABRIEL SANTANA FURTADO SOARES**, brasileiro, defensor público, matrícula nº 1998152 DPE/MA, CPF nº 052.119.714-77, com residência e domicílio nesta Cidade e, de outro lado, a Sra. **MARIA DAS DORES GONÇALVES**, portadora do CPF nº 093.796.493-04, doravante denominada **LOCADORA**, têm entre si, ajustado o presente **TERMO ADITIVO**, oriundo do **Contrato de locação nº 064/2016**, do imóvel situado na Rua Coelho Neto, n.º 352, Centro, Itapecuru Mirim/MA, destinado ao Núcleo da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, submetendo-se as partes às disposições constantes da lei 8.666/93 e alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇÃO DO PRAZO** de **VIGÊNCIA**, previsto na **CLÁUSULA SEGUNDA**, do **contrato nº 064/2016**, por mais **12 (doze) meses**, com início a partir de 01/12/2024 à 01/12/2025, de acordo com o previsto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários para fazer frente às despesas decorrentes do presente TERMO ADITIVO serão alocados de acordo com a Dotação Orçamentária: UG: 080101; Programa de Trabalho: 03 092 0623 2656 023626, ND: 339036-15- Locação de Imóveis e FR: 1500101000.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato nº 064/2016 que com este não colidirem, ressalvado o direito ao reajuste contratual, nos termos da cláusula quarta do contrato.

E, para firmeza do que foi pactuado, fica lavrado este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e data, sem rasuras, perante duas testemunhas que também o subscrevam para maior validade jurídica.

São Luís, de outubro de 2024.

GABRIEL SANTANA FURTADO SOARES
Defensor Público-Geral do Estado do Maranhão
LOCATÁRIO

Maria das Dores Gonçalves
MARIA DAS DORES GONÇALVES
LOCADORA

TESTEMUNHAS:

CPF: _____

CPF: _____

Avenida Júnior Coimbra, S/N, - Bairro Renascença II, São Luís-MA (Próximo à Escola Reino Infantil) - CEP 65075-696
CNPJ:00.820.295/0001-42 / - <https://defensoria.ma.def.br/assessoriajuridica@ma.def.br> -

0116627v1



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Santana Furtado Soares, Defensor Público Geral do Estado do Maranhão**, em 29/10/2024, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link Validar Documento informando o código verificador **0116627** e o código CRC **93281032**.



ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL



PUBLICAÇÕES DE TERCEIROS

ANO XLVIII Nº 217 SÃO LUÍS, QUINTA - FEIRA, 14 DE NOVEMBRO DE 2024 EDIÇÃO DE HOJE: 26 PÁGINAS

SUMÁRIO

ADITIVOS

Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/MA e Outros . 01 e 26

AVISOS

Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e Outros . 06

COMUNICAÇÕES

GMS Serviços Marítimos Gerais Ltda – EPP e Outras 10

CONTRATOS

Secretaria de Estado da Saúde e Outros 12

CONVÊNIO

Secretaria de Estado da Saúde 18

CONVOCAÇÃO

SINDACS/TACS - Sindicato dos Agentes Comunitários de

Saúde e Técnicos em Agentes Comunitários de Saúde do

Município de São Luís/MA 18

EDITAL

Consórcio Intermunicipal Multimodal – CIM..... 18

ERRATA

Secretaria de Estado da Saúde 18

NOTA DE EMPENHO

Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão - TJ/MA 18

NOTIFICAÇÕES

Secretaria de Estado da Saúde e Outra 19

TERMOS DE AJUSTE

Secretaria de Estado da Saúde e Outros 20

TERMOS DE AUTORIZAÇÃO

Secretaria de Estado da Saúde e Outro 21

TERMOS DE COMPROMISSO

Secretaria de Estado da Cultura e Outro..... 21

TERMOS DE HOMOLOGAÇÃO

Secretaria de Estado de Governo..... 23

TERMOS DE SUB-ROGAÇÃO

Agência Estadual de Tecnologia da Informação - ATI/MA..... 23

ADITIVOS

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DETRAN/MA

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 2024.110214.04267.
SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 51/2018. PARTES: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO MARANHÃO – DETRAN/MA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.293.120/0001-00, situada na Avenida dos Franceses, s/n, Vila Palmeira, órgão da Administração Indireta, doravante denominado LOCATÁRIO, neste ato representado pelo seu Diretor Geral, DIEGO FERNANDES MENDES ROLIM, brasileiro, advogado, portador do CPF nº 998.248.093-68, e por seu Diretor Financeiro MARCOS ANTÔNIO MELO DA COSTA JUNIOR, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 651.641.133-68, conforme atribuições conferidas pelo Decreto nº 14.994, de 12/05/1996, alterado pelo Decreto nº 20.242, de 26/01/2004, e de outro lado a Srª. ROSEMARY NUNES LIMA, inscrita no CPF nº 336.937.733-00 e RG 000031061594-1 SSP/MA, residente e domiciliada na Rua Três, nº 35, Quadra 01, Planalto Anil I, São Luís/MA, doravante denominada LOCADORA. OBJETO: O presente TERMO ADITIVO tem por objeto prorrogar a vigência do contrato original, por mais 12 (doze) meses, a contar de 25/10/2024 a 24/10/2025, para atender às necessidades do Departa-

mento Estadual de Trânsito do Maranhão, doravante denominado DETRAN/MA. DO VALOR: O valor mensal do contrato permanecerá o pactuado no seu Quinto Termo Aditivo, na quantia de R\$ 5.767,03 (cinco mil, setecentos e sessenta e sete reais e três centavos), tendo como valor global a quantia de R\$ 69.204,36 (sessenta e nove mil, duzentos e quatro reais e trinta e seis centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE GESTORA: 190201; UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 19201; SUBAÇÃO: 015998 LOCAÇÕES DE IMÓVEIS – SÃO LUÍS; FONTE DE RECURSO: 1.5.01.118000; NATUREZA DE DESPESA: 33.90.36.15; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/1993. DATA DE ASSINATURA: 25/10/2023. SIGNATÁRIOS: DIEGO FERNANDES MENDES ROLIM, Diretor-Geral do DETRAN/MA, MARCOS ANTÔNIO MELO DA COSTA JUNIOR, Diretor Financeiro do DETRAN/MA e a Srª. ROSEMARY NUNES LIMA, Locadora.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

Resenha nº 401/2024 – TERMO ADITIVO nº 296/2023 - Processo nº 02552.047.001/2023. PARTES: A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO, CNPJ nº 00.820.295/0001-42 e o (a) estagiário(a) Evila Larissa Soares Meireles. Interveniente: Faculdade Legale. Objeto: Contratação do estagiário(a) de Graduação em Direito. Data de assinatura: 27/10/2023. Dotação Orçamentária: UG: 080101; Programa de Trabalho: 03.092.0341.2656.00023618; Elemento de Despesa: 3339036.07-Serv. Terc. Pessoa Física/Estagiário; Fonte: 1500101000. Bolsa Auxílio: R\$ R\$ 1.628,00 (um mil seiscentos e vinte e oito reais) – Auxílio-transporte: R\$ 52,00 (cinquenta e dois reais), totalizando o valor de R\$ 1.680,00 (um mil seiscentos e oitenta reais). Vigência: 16/11/2023 até 15/11/2024. Autorização: CRISTIANE MARQUES MENDES; São Luís – MA, 12/11/2024.

Resenha nº 420/2024 – Sétimo Termo Aditivo nº 052/2024 ao Contrato nº 064/2016 – Processo nº 0003673.110000937.0.2024. PARTES: A DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO, CNPJ nº 00.820.295/0001-42, e a Sra. MARIA DAS DORES GONÇALVES, CPF nº 093.796.493-04. OBJETO DO ADITIVO: o presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO PRAZO de VIGÊNCIA, previsto na CLÁUSULA SEGUNDA, do contrato nº 064/2016, por mais 12 (doze) meses, com início a partir de 01/12/2024 à 01/12/2025, de acordo com o previsto no art. 57, II, da Lei 8.666/93. BASE LEGAL: Lei 8.666/93. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: os recursos financeiros necessários para fazer frente às despesas decorrentes do presente TERMO ADITIVO serão alocados de acordo com a Dotação Orçamentária: UG: 080101; Programa de Trabalho: 03.092.0623.2656.023626, ND: 339036-15- Locação de Imóveis e FR: 1500101000. DATA DA ASSINATURA: 29/10/2024. ASSINATURAS: Defensoria Pública do Estado do Maranhão: Dr. Gabriel Santana Furtado Soares – Defensor Público-Geral do Estado do Maranhão e, pela locadora, a Sra. Maria das Dores Gonçalves. ARQUIVAMENTO: Pasta – Resenhas 2024. São Luís, 12 de novembro de 2024. Livia Guanaré Barbosa Borges – Assessoria Jurídica/DPE-MA.

INSTITUTO DE METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL DO MARANHÃO - INMEQ/MA

Processo: 2024.230202.00161 Assunto: MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS - PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA EXTRATO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 010/2023- INMEQ/MA PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº.010/2023-INMEQ/MA; PROCESSO SEI Nº



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

DESPACHO

DLCC / Divisão de Logística e Consumo Consciente

DESTINATÁRIO

Supervisão de Obras e Reformas

Considerando o processo n.º **0004864.110000937.0.2025**, **Locação imóvel - Núcleo Regional de Itapecuru Mirim**,

Tendo em vista a necessidade de atualização dos contratos de locação de imóvel para a Lei n.º 14.133 de 1º de abril de 2021 e na iminência do término da vigência do Contrato n.º 064/2016, que completa seu ciclo máximo de 12 (doze) meses no próximo dia 01/12/2025 é que se impõe a celebração de novo Contrato.

Diante disso, solicitamos emissão de Laudo Técnico sobre o imóvel que serve de sede do Núcleo Regional de Itapecuru Mirim, localizado na Rua Coelho Neto, n.º 352, Centro. Posteriormente retorne a esta Divisão

São Luís - MA, em **28 de outubro de 2025**.

Marcio Almir A de Vasconcelos
Assessor Junior

Divisão de Logística e Consumo Consciente

Avenida Júnior Coimbra, S/N, - Bairro Renascença II, São Luís-MA (Próximo à Escola Reino Infantil) - CEP 65075-696
CNPJ:00.820.295/0001-42 / - <https://defensoria.ma.def.br/servtransp@ma.def.br> -

0279800v1



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Almir A de Vasconcelos, Assessor Junior**, em 28/10/2025, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0279800** e o código CRC **258BE88D**.

SUPERVISÃO DE OBRAS E REFORMAS

**LAUDO VISTORIA
NÚCLEO DA DEFENSORIA EM ITAPECURU-MA**

**SÃO LUÍS
2025**

Avenida Júnior Coimbra, S/N - Renascença II, São Luís - MA, 65075-696

Telefone: (98) 3221-1343 - (98) 3221-6110

defensoria.ma.def.br



SUPERVISÃO DE OBRAS E REFORMAS

1. CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

ENDEREÇO	Rua Coelho Neto, nº 352, Centro, Itapecuru-MA
LOCALIZAÇÃO	https://maps.app.goo.gl/RZ2Rk9Sn5SrbcVsU9
OBJETIVO DA VISTORIA	Locação de imóvel o para abrigar o Núcleo Regional da Defensoria Pública de Itapecuru-MA
SOLICITANTE	Defensoria Pública do Estado do Maranhão
PROPRIETÁRIO	Maria das Dores Gonçalves
TIPO IMÓVEL	Residencial
ÁREA TOTAL CONSTRUIDA	244,65m ²
CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO	Zona Residencial
ESTADO DE CONSERVAÇÃO	Bom
VIAS DE ACESSO	Existente e pavimentada
INFRAESTRUTURA	Água, energia elétrica, telefone, iluminação pública, pavimentação, guias e sarjetas.
VALOR LOCAÇÃO (R\$/mês)	R\$ 2.237,35
RESPONSÁVEL TÉCNICO	Nayanne Barros Feques, Mat. 2744142, CAU A69236-0

Avenida Júnior Coimbra, S/N - Renascença II, São Luís - MA, 65075-696

Telefone: (98) 3221-1343 - (98) 3221-6110

defensoria.ma.def.br



NORTE	RUA COELHO NETO
LESTE	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
SUL	IMÓVEL RESIDENCIAL
OESTE	IMÓVEL RESIDENCIAL



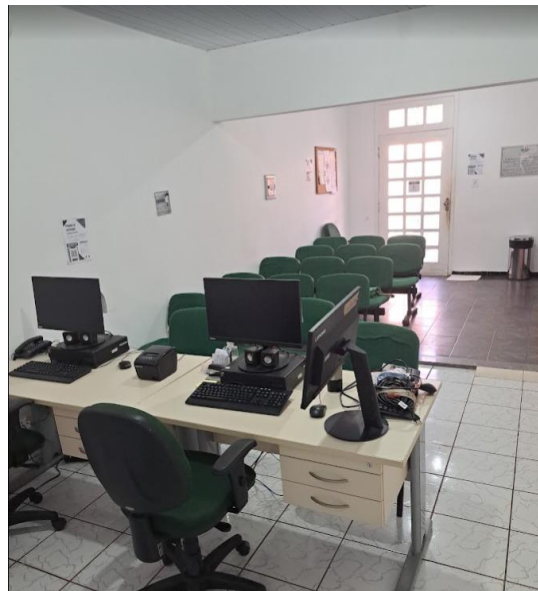
02854.066/2025

SUPERVISÃO DE OBRAS E REFORMAS

4. RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



Fachada Frontal
Fonte: Própria



Recepção
Fonte: Própria



Sala Atendimento
Fonte: Própria



Área Externa
Fonte: Própria

Avenida Júnior Coimbra, S/N - Renascença II, São Luís - MA, 65075-696

Telefone: (98) 3221-1343 - (98) 3221-6110

defensoria.ma.def.br



SUPERVISÃO DE OBRAS E REFORMAS

5. CONCLUSÃO

O imóvel supracitado, atualmente, locado pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão, mantém condições adequadas de uso e conservação, atendendo às necessidades funcionais da Instituição. Foram observadas, contudo, pequenas demandas de manutenção, notadamente serviços de pintura, decorrentes do desgaste natural pelo uso contínuo do espaço.

Dessa forma, conclui-se que o imóvel permanece apto para uso institucional, recomendando-se a renovação do contrato de locação, por demonstra-se como ativo imobiliário estratégico e eficaz no suporte às funções institucionais da DPE-MA.

São Luís, 30 de outubro de 2025.

NAYANNE BARROS FEQUES
Assessora de Obras e Reformas
Matrícula: 27444142





DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

DESPACHO

SOR / Supervisão de Obras e Reformas

DESTINATÁRIO

Divisão de Logística e Consumo Consciente

Considerando o processo nº **0004864.110000937.0.2025**, **Locação imóvel - Núcleo Regional de Itapecuru Mirim**,

Encaminho Laudo de Vistoria, destinado exclusivamente a registrar e descrever as características físicas e funcionais dos imóvel solicitado, sem atribuição de valores de mercado. O Setor de Obras não dispõe de programa ou sistema específico para avaliação de imóveis, ferramenta indispensável para a elaboração de Laudos de Avaliação conforme os critérios técnicos estabelecidos pela ABNT NBR 14.653 (Avaliação de Bens).

São Luís - MA, em **31 de outubro de 2025**.

Nyanne Barros Feques
Assessora Junior
Supervisão de Obras e Reformas

Avenida Júnior Coimbra, S/N, - Bairro Renascença II, São Luís-MA (Próximo à Escola Reino Infantil) - CEP 65075-696
CNPJ:00.820.295/0001-42 / - <https://defensoria.ma.def.br/obrasereformas@ma.def.br> -

0281789v1



Documento assinado eletronicamente por **Nyanne Barros Feques**, **Assessora Junior**, em 31/10/2025, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0281789** e o código CRC **852D1E32**.



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

DFD - DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Defensoria Pública Geral do Estado,

Em atendimento ao disposto no Art. 72. Da Lei n.º 14.333, de abril de 2021, submeto o DFD - Documento de Formalização de Demanda para análise conforme informações abaixo.

Informações Gerais:

Número do Processo	0004864.110000937.0.2025
Tipo:	Contratação Direta: Inexigibilidade
Setor Requisitante (Unidade /Setor /Depto.):	DLCC /Divisão de Logística e Consumo Consciente
Responsável pela Área:	Catarina Pinheiro Silva
Matrícula:	2199545
E-mail:	servtransp@ma.def.br
Telefone:	(98) 2055-3020

Informações do Objeto:

Objeto da Futura Contratação:	Renovação da Locação do imóvel, já regularmente ocupado pela Instituição, cuja adequação ao interesse público encontra-se plenamente demonstrada pela experiência consolidada de uso, localização estratégica, estrutura física compatível e atendimento eficaz às demandas institucionais. O referido imóvel, é situado na Rua Coelho Neto, n.º 352, Centro, Itapecuru Mirim - MA , com a medida de 244,65 m², destinado ao Núcleo Regional da Defensoria Pública do Estado do Maranhão em Itapecuru Mirim - MA.
Valor Total Estimado:	R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Objeto:

() Serviço não continuado

(X) Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra

() Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra

() Material de consumo

() Material permanente / equipamento

() Outros:

() Pregão

() Concorrência

() Diálogo Competitivo

() Leilão

() Dispensa

() Dispensa Eletrônica

(X) Inexigibilidade

() Adesão à ARP de outro Órgão

Forma de Contratação Sugerida:

Justificativa da necessidade da contratação da solução.

A Defensoria Pública do Estado do Maranhão desempenha um papel fundamental na promoção do acesso à justiça, especialmente para os cidadãos maranhenses que se encontram em situação de vulnerabilidade. A missão da Defensoria é garantir que todos, independentemente de sua condição socioeconômica, tenham seus direitos defendidos de forma gratuita e eficaz.

Entretanto, para que essa missão seja cumprida com a máxima eficiência e eficácia, é imprescindível que a Defensoria Pública disponha de infraestrutura adequada. A ausência de imóveis próprios no interior do estado limita a capacidade de atendimento e a proximidade com a população que necessita de assistência jurídica. Sem um espaço físico adequado, torna-se desafiador oferecer serviços de qualidade, realizar atendimentos presenciais e promover ações que garantam a defesa dos direitos dos cidadãos.

Dessa forma e tendo em vista que a opção da Administração já se encontra consolidada por meio do Contrato atual de n.º 064/2016 e que a presente contratação se trata da continuidade da locação de imóvel, situado na **Rua Coelho Neto, nº 352, Centro, Itapecuru Mirim - MA**, com a medida de 244,65 m², utilizado pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão para Sede do Núcleo Regional de Itapecuru Mirim, cuja utilização é satisfatória e vantajosa à Gestão, uma vez que o mesmo oferece localização estratégica, espaço físico compatível, segurança é que se justifica a referida contratação, nos termos definidos pela Lei 14.133 de 2021.

Quantidade de material da solução a ser contratada (estimativo)

Prazo de vigência

O prazo de vigência do contrato de locação será de **12 (doze) meses**, contados a partir de **01 de dezembro de 2025**, podendo ser prorrogado até o máximo de 10 (dez) anos por acordo entre as partes, conforme artigos 106 e 107 da Lei nº 14133/2021.

Créditos orçamentários

Valor estimado da contratação: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Valor estimado de investimento: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Indicação do(s) Gestor e Fiscal do Contrato

Gestor
Nome: Catarina
Pinheiro Silva
Matrícula: 2199545

Administrativo
Nome: Márcio
Almir Aração de
Vasconcelos
Matrícula: 2743441

Setorial
Nome:
Matrícula:

Técnico
Nome:
Matrícula:

***Declaro que os servidores indicados, foram comunicados e estão cientes de suas atribuições.**

São Luís—MA, em **04 de novembro de 2025**.

Catarina Pinheiro Silva
Divisão de Logística e Consumo Consciente

Avenida Júnior Coimbra, S/N, - Bairro Renascença II, São Luís-MA (Próximo à Escola Reino Infantil) -
CEP 65075-696

CNPJ:00.820.295/0001-42 / - <https://defensoria.ma.def.br> / servtransp@ma.def.br -

0282798v1



Documento assinado eletronicamente por **Catarina Pinheiro Silva, Chefe da Divisão de Logística e Consumo Consciente**, em 04/11/2025, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0282798** e o código CRC **16590182**.



**DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão**

TR - TERMO DE REFERÊNCIA

Conforme a previsão contida no art. 40º da Lei n.º 14.133/2021, § 1º O termo de referência deverá conter os elementos previstos no inciso XXIII do caput do art. 6º desta Lei.

1. DADOS E INFORMAÇÕES GERAIS:

Número do Processo	0004864.110000937.0.2025
Tipo:	Contratação Direta: Inexigibilidade
Setor Requisitante (Unidade /Setor /Depto.):	DLCC /Divisão de Logística e Consumo Consciente
Responsável pela Elaboração:	Catarina Pinheiro Silva
E-mail:	servtransp@ma.def.br
Órgão:	Defensoria Pública do Estado do Maranhão
UASG:	453747
Material /Serviço:	Serviço locação imóvel Núcleo Regional de Itapecuru Mirim

2. OBJETO:

2.1 Renovação da Locação do imóvel, já regularmente ocupado pela Instituição, cuja adequação ao interesse público encontra-se plenamente demonstrada pela experiência consolidada de uso, localização estratégica, estrutura física compatível e atendimento eficaz às demandas institucionais. O referido imóvel, é situado na Rua Coelho Neto, nº 352, Centro, Itapecuru Mirim - MA, com a medida de 244,65 m², destinado ao Núcleo Regional da Defensoria Pública do Estado do Maranhão em Itapecuru Mirim - Ma e de propriedade da Srª Maria das Dores Gonçalves, portadora do **RG e CPF: 093.796493-04**.

3 - JUSTIFICATIVA:

3.1 A Defensoria Pública do Estado do Maranhão desempenha um papel fundamental na promoção do acesso à justiça, especialmente para os cidadãos maranhenses que se encontram em situação de vulnerabilidade. A missão da Defensoria é garantir que todos, independentemente de sua condição

socioeconômica, tenham seus direitos defendidos de forma gratuita e eficaz.

3.2 Entretanto, para que essa missão seja cumprida com a máxima eficiência e eficácia, é imprescindível que a Defensoria Pública disponha de infraestrutura adequada, sendo assim, a ausência de imóveis próprios e a necessidade de expandir os atendimentos da instituição, resultou na locação de um imóvel em Itapecuru Mirim, no ano de 2010, cuja área e localização permitiram o funcionamento do Núcleo Regional, naquele município.

3.3 Dessa forma, se leva em consideração:

- As características físicas: dimensão do imóvel locado, 244,65 m², espaço suficiente para as salas de defensores, recepção, sala de assessores e estagiários;
- Os investimentos já realizados no imóvel para adaptação como Núcleo Regional;
- O fato do endereço já ser conhecido e acessível aos assistidos, sendo essa localização estratégica **-Rua Coelho Neto, nº 352, Centro, Itapecuru Mirim - MA.**

3.4 Por fim, por se tratar da continuidade da locação de imóvel cuja utilização está tecnicamente consolidada, se mostrando que a permanência do Núcleo Regional de Itapecuru Mirim, nesse imóvel é satisfatória e vantajosa à Administração, não havendo dúvidas quanto à solução a ser adotada é que a elaboração de um novo ETP (Estudo Técnico Preliminar), se faz desnecessário, tendo em vista o retrabalho e consumo de recursos humanos e operacionais, sem quaisquer acréscimo de eficiência, violando inclusive, os princípios da razoabilidade, economicidade e eficiência previstos no art.37 da Constituição Federal, da mesma forma que a consulta de disponibilidade de imóvel a órgãos públicos, também é desnecessária, tendo em vista o montante de recursos já empregados no imóvel e o novo investimento que seria necessário, para uma nova adequação de imóvel, estruturação e transferência do Núcleo para um novo endereço.

4 - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

4.1 O imóvel em tela possui características de localização e instalações que tornam necessária sua escolha, uma vez que está localizado no Centro da cidade de **Itapecuru Mirim**, sendo dotado de rede elétrica e de iluminação pública e rede de abastecimento de água, telefônica, além de ter sua localização de fácil acesso aos assistidos. Além de tudo isso, e principalmente, as dimensões do imóvel medindo m², já foram devidamente adaptadas para abrigar condignamente todos os **setores Núcleo Regional de Viana**, tendo espaços para sala de defensores, recepção e local para assessores e estagiários, copa, wcs, etc...

5 - DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO e FORMA DE PAGAMENTO:

5.1 O valor atual da locação do imóvel é **R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)**, totalizando o valor anual de **R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)**.

5.2 O pagamento do valor mensal da locação será realizado até o quinto dia útil seguinte à data de fechamento do ciclo de trinta dias de locação, mediante ordem bancária, crédito ou transferência do montante ajustado, com as devidas retenções tributárias, na Conta Corrente Brasil informada pela locadora, que valerá como a respectiva quitação.

5.3 DADOS BANCÁRIOS

Banco do Brasil - Agência: 532-2 - Conta Corrente: 27836-X

6 – DO REAJUSTE DO VALOR DA LOCAÇÃO

6.1. O presente Contrato será reajustado a cada período de **12 (doze) meses**, a contar da data de início da vigência do Contrato mediante Apostilamento, ficando pactuado que as partes utilizarão, para tal fim, o valor encontrado pela variação nominal do índice divulgado pelo Governo Federal – IGPM/FGV (Índice Geral de Preço de Mercado da Fundação Getúlio Vargas), ou na sua extinção, por outro índice que vier a ser fixado, de acordo com os dispositivos legais vigentes e da livre negociação com o proprietário, de acordo com as determinações do Art. 18 da Lei nº 8.245/91 e da Lei nº 14.133/2021.

7 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

7.1. O prazo de vigência do contrato de locação será de **12 (doze) meses**, contados a partir de **01 de dezembro de 2025**, podendo ser prorrogado até o máximo de 10 (dez) anos por acordo entre as partes, conforme artigos 106 e 107 da Lei nº 14133/2021.

8 - DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR:

8.1. Entregar o imóvel em perfeitas condições de uso para os fins a que se destina, e em estrita observância das especificações de sua proposta;

8.2. Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel;

8.3. Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;

8.4. Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;

8.5. Auxiliar o LOCATÁRIO na descrição minuciosa do estado do imóvel, quando da realização da vistoria;

8.6. Fornecer ao LOCATÁRIO recibo discriminando as importâncias pagas, vedada a quitação genérica;

8.7. Pagar as taxas de administração imobiliária, se houver, e de intermediações, nestas compreendidas as despesas necessárias à aferição da idoneidade do pretendente;

8.8. Informar ao LOCATÁRIO quaisquer alterações na titularidade do imóvel, inclusive com a apresentação da documentação correspondente;

8.9. Entregar, em perfeito estado de funcionamento, o sistema hidráulico, bem como a rede elétrica;

8.10. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

8.11. Responsabilizar-se pelo pagamento do IPTU.

9 – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

9.1. Pagar o aluguel e os encargos da locação exigíveis, no prazo estipulado neste Termo;

9.2. Servir-se do imóvel para o uso convencionado ou presumido, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo conservá-lo como se seu fosse;

9.3. Realizar vistoria do imóvel antes do recebimento das chaves, para fins de verificação minuciosa do estado do imóvel, fazendo constar do Termo de Vistoria os eventuais defeitos existentes e as adaptações realizadas pela LOCATÁRIA com anuência por escrito do LOCADOR, que julgar necessário no imóvel desde que não comprometa a estrutura e segurança do mesmo;

9.4. Restituir o imóvel, finda a locação, nas condições em que o recebeu, conforme documento de descrição minuciosa elaborado quando da vistoria inicial, salvo os desgastes e deteriorações decorrentes do uso normal, ou a DPE/MA poderá optar pela indenização em substituição a eventuais reformas, desde que haja dotação orçamentária e devida autorização e concordância do LOCADOR, inclusive quanto ao valor indenizado;

9.5. Comunicar ao LOCADOR qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;

9.6. Realizar o imediato reparo dos danos verificados no imóvel ou nas suas instalações, provocados por seus agentes, funcionários ou visitantes autorizados;

9.7. Entregar imediatamente ao LOCADOR os documentos de cobrança de tributos cujo pagamento não seja de seu encargo, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que direcionada ao LOCATÁRIO;

9.8. Pagar as despesas de telefone e de consumo de energia elétrica, gás (se houver), água e esgoto;

9.9. Permitir a vistoria do imóvel pelo LOCADOR ou por seus mandatários, mediante prévia combinação de dia e hora, bem como admitir que seja visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no artigo 27 da Lei n.º 8.245, de 1991.

9.10. Comunicar ao LOCADOR, através do fiscal do contrato, o fim da vigência contratual ou desocupação do imóvel locado.

10 - DA CONSERVAÇÃO, REPAROS E OBRAS NO IMÓVEL LOCADO

10.1. O LOCADOR reconhece entregar ao LOCATÁRIO o imóvel no estado especificado no Laudo de Vistoria expedido pela Supervisão de Obras desta Defensoria, ficando à custa do LOCATÁRIO os reparos e obras que venham a necessitar o imóvel, obrigando-se a mantê-lo em perfeito estado de conservação e a restituí-lo nas mesmas condições que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal, de acordo com as determinações do art. 23, III da Lei n.º 8.245/91;

10.1.1. A Supervisão de Obras fará vistoria no imóvel a ser locado e, verificada a necessidade de realizar reformas, informará ao proprietário e ao requisitante quanto às possibilidades de:

- I. Reforma sob responsabilidade do proprietário no prazo estipulado pela Supervisão de Obras;
- II. Reforma sob responsabilidade da DPE/MA, com desconto no valor da locação.

§ 1º No caso do inciso II será realizado desconto no valor do aluguel, no limite de 80% do seu valor, a fim de ressarcir o valor total da reforma.

§ 2º A reforma sob a responsabilidade da Defensoria não poderá ser autorizada quando o seu valor superar o total do somatório dos valores a serem descontados da locação durante o período da vigência contratual.

10.2. Havendo necessidade de execução de reparos para devolução do imóvel, estes poderão ser executados diretamente pela Defensoria ou indenizados no valor indicado em laudo resultante da vistoria técnica da Supervisão de Obras, mediante aceite do LOCADOR.

§ 1º Na hipótese de devolução do imóvel mediante pagamento indenizatório, a Defensoria ficará isenta de qualquer responsabilidade quanto ao imóvel (aluguéis, água, luz etc.), a partir do aceite do LOCADOR, ficando estipulado o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para a realização do pagamento.

10.3 O LOCATÁRIO poderá realizar benfeitorias no imóvel locado com vistas à sua melhor utilização, sendo-lhe facultado, a qualquer tempo, fazer possíveis retiradas, desde que não causem danos ao imóvel do LOCADOR.

10.4. As benfeitorias necessárias introduzidas pelo LOCATÁRIO, ainda que não autorizadas pelo LOCADOR, e as úteis, desde que autorizadas, serão indenizadas, permitindo ainda ao LOCATÁRIO, o exercício do direito de retenção, conforme dispõe o artigo 35 da Lei n.º 8.245/91.

11 - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

11.1. É permitido ao LOCATÁRIO rescindir o presente contrato em qualquer momento mediante aviso prévio de no **mínimo 90 (noventa) dias**.

11.2. Ao término do contrato, não havendo renovação, o Locatário terá 90 (noventa) dias para desocupar o imóvel, cabendo-lhe, entretanto, nesse período, pagar o aluguel pactuado.

12 – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados neste instrumento, sujeitará o(a) LOCADOR(A), garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

b.1. Moratória de até 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal da contratação, até o limite de 60 (sessenta) dias;

b.2. Compensatória de até 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato;

c. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o(a) LOCADOR(A) ressarcir o LOCATÁRIO pelos prejuízos causados;

12.1.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;

12.2. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas acima, a(o) LOCADOR(A) que, em razão do contrato:

12.2.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

12.2.2. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com o LOCATÁRIO em virtude de atos ilícitos praticados;

12.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na lei 14.133/2021 e, subsidiariamente, na Lei nº 9784, de 1999.

12.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao LOCATÁRIO, observado o princípio da proporcionalidade;

12.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao LOCATÁRIO serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da DPE/MA, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Estado e cobrados judicialmente;

12.6. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo LOCATÁRIO.

12.7. As penas serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13 -DO FORO:

12.1 É competente o foro da Comarca de São Luís, Estado do Maranhão, com exclusão de outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer litígios oriundos do contrato de locação.

14. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

14.1. A locação de imóvel se fundamenta no inciso V do art. 75 da Lei 14133/2021 e na Lei 8.245/91 (Lei de Locações) e na Lei nº 10.406/2002 (Código Civil).

15 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

A gestão do contrato de locação do imóvel será realizada pela Divisão de Logística e a fiscalização do contrato será realizada pela servidora Catarina Pinheiro Silva, matrícula 2199545 e o suplente Márcio Almir Aragão de Vasconcelos, matrícula 2743441.

São Luís—MA, em **03** de **novembro** de **2025**.

Pedro Augusto Soares Pereira

Divisão de Logística e Consumo Consciente



Documento assinado eletronicamente por **Catarina Pinheiro Silva**, **Chefe da Divisão de Logística e Consumo Consciente**, em 04/11/2025, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0282827** e o código CRC **2363AB24**.

PROPOSTA PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL

1- Dados do imóvel

Rua Coelho Neto, nº 352 – Centro, Itapecuru Mirm/MA

2- Dados do Locador

MARIA DAS DORES GONÇALVES

3- Dados do proponente

Defensoria Pública do estado do Maranhão, CNPJ Nº 00.820.295/0001-42 com sede na Avenida Júnior Coimbra, S/N, Jardim Renascença II, São Luís /MA

4- Condições

Pelo presente e na melhor forma de direito, para locação do imóvel acima a seguinte forma e condições:

- Valor de locação mensal R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);
- Valor de locação anual R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);
- Finalidade Sede do Núcleo da Defensoria Pública do Estado do Maranhão;
- Período de locação: 12 (doze) meses;

5- Dados para pagamento da locação

Agência: 562-2

Conta-Corrente: 27836-X

Banco do Brasil

Itapecuru Mirim, 13 de Outubro de 2025


MARIA DAS DORES GONÇALVES

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
GOVERNO FEDERAL
Estado do Maranhão
Secretaria de Segurança Pública

Nome / Name
MARIA DAS DORES GONÇALVES

Nome Social / Social Name

Registro Geral - CPF / Personal Number
093.796.493-04

Data de Nascimento / Date of Birth
15/03/1957

Nacionalidade / Nationality
BRA

Validade / Expiry
INDETERMINADA

Sexo / Sex
F

Filiação / Filiation
BENEDITA GONÇALVES

Órgão Expedidor / Card Issuer
SSP/MA

Local / Place of Issue
SÃO LUÍS

Emissão / Issue
19/12/2024

Assinatura do Titular / Cardholder's Signature
Assinatura do Expedidor / Card Issuer Signature
Chefe do Instituto de Identificação

Carteira de Identidade
LEI Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983

Caema

Nota Fiscal / Fatura de Água e Esgoto
Série Única: 898.3.41
Nr da Fatura: 138843671/092925
Emitida em: 80/09/2025 15:57:08
Mercantil

Mês de Referência: 09/2025
Vencimento: 28/09/2025
Valor: 5202914

Dados do Cliente:
MARIA DAS DORES GONÇALVES
CPF/CNPJ: 0** 7** 4** 0**
R MARIANA LUZ, NÚMERO, 00251 - HABITADO - CENTRO ITAPEC
URU MIRIM MA 65485-000

Dados Cadastrais:
INSCRIÇÃO: 801.800.003.0041.000 MUNICÍPIO: ITAPECURU MIRIM
SUB-CATEGORIA: RESIDENCIAL
ECONOMIAS: 1
ÁREA: 100.00 m2

Dados da Medição:
CONSUMO MEDIDO: 14 LETTURA ANTERIOR: 3646
CONSUMO FATURADO: 14 DT LETTURA ANTER: 01/06/2025
MÉDIA: 11 LETTURA ATUAL: 3660
DIAS CONSUMO: 33 DT LETTURA ATUAL: 03/09/2025
HIDR. ÁGUA: A01S359154

Dados de Faturamento:
ÁGUA 60.78



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: MARIA DAS DORES GONCALVES
CPF: 093.796.493-04

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:05:19 do dia 13/08/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 09/02/2026.

Código de controle da certidão: **0192.CE19.8A02.F2CE**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO de NASCIMENTO

Nome:

MARIA DAS DORES GONÇALVES

CPF

093.796.493-04

Matricula:

031088 01 55 1973 1 00070 099 0022139 61

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO		DIA	MÊS	ANO
quinze de março de mil novecentos e cinquenta e sete		15	03	1957
HORA NASCIMENTO	NATURALIDADE			
nove horas (09:00)	Vargem Grande/MA			
MUNICÍPIO REGISTRO UNIDADE DA FEDERAÇÃO	LOCAL, MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UF		SEXO	
Itapecuru Mirim/MA	CARNAUBAL, Vargem Grande/MA		FEMININO	
FILIAÇÃO				
BENEDITA GONÇALVES;				
AVÓS				
MARIA GONÇALVES BEZERRA;				
GEMEOS		NOME E MATRÍCULA GEMEOS		
NÃO				
DATA DO REGISTRO POR EXTENSO		NÚMERO DA DNV DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO		
quinze de janeiro de mil novecentos e setenta e três				
AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES A ACRESCEER				
Averbação de CPF: conforme disposto no art.6º, paragrafo 3º do Provimento 63/2017 do CNJ, procedo a presente averbação cadastral do número de CPF da registrada no respectivo termo, como sendo nº 093.796.493-04. Dou fé. Selo de fiscalização: AVERBA031088LRAFHW45FJJH9640. Eu, Denise de Sousa Mendes, Escrevente Autorizada, subscrevo e assino. Itapecuru Mirim/MA, 05/12/2024. 2º VIA.				
ANOTAÇÕES DE CADASTRO				
TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	DATA EXPEDIÇÃO	ÓRGÃO EMISSOR	DATA DE VALIDADE
RG				
PIS/NIS				
PASSAPORTE				
CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE				
TÍTULO DE ELEITOR				

CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL DO 2º OFÍCIO DA COMARCA DE ITAPECURU -MIRIM/MA
SANDERSON MARTINS FERREIRA
Rua Major Bandeira, Nº 1, Centro
Itapecuru Mirim/MA
Telefone: (98) 9 8456-8306
E-mail: segundooficioitapecuru@hotmail.com

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou Fé
Itapecuru Mirim/MA, 05 de dezembro de 2024.

Denise
DENISE DE SOUSA MENDES
ESCREVENTE AUTORIZADA



Poder Judiciário - TJMA. Selo:
CERTID031088148HSQ40WVCM214,
05/12/2024 09:18:05, Ato: 14.5.1, Parte(s):
MARIA DAS DORES GONÇALVES, Total R\$ 48,61
Emol R\$ 43,80 FERC R\$ 1,31 FADEP R\$ 1,75
FEMP R\$ 1,75 Consulte em
<https://selo.tjma.jus.br>



Poder Judiciário - TJMA. Selo:
AVERBA031088LRAFHW45FJJH9640,
05/12/2024 09:18:36, Ato: 14.4.1, Parte(s):
MARIA DAS DORES GONÇALVES, Total R\$ 39,33
Emol R\$ 35,45 FERC R\$ 1,06 FADEP R\$ 1,41
FEMP R\$ 1,41 Selo Isento, Consulte em
<https://selo.tjma.jus.br>

Denise de Sousa Mendes
Escrevente Autorizada
2º Ofício Extrajudicial de
Itapecuru Mirim-MA

ARPENBRASIL
BA 029558551 BRP

EM BRANCO



FSC
www.fsc.org

MISTO
Papel | Apoiando
o manejo florestal
responsável

FSC® C015899

DETALHAMENTO DA MATRÍCULA	
MATRÍCULA	
PADRÃO	
DETALHAMENTO	
	CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA (IDENTIFICAÇÃO ÚNICA DO CARTÓRIO)
	CÓDIGO DO ACERVO, SENDO: 01 - ACERVO PRÓPRIO OUTROS - ACERVOS INCORPORADOS
	TIPO DE SERVIÇO PRESTADO, SENDO: 51. SERVIÇO DE NOTAS 52. SERVIÇO DE PROTESTO DE TÍTULOS 53. SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS 54. SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA 55. SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAS 56. SERVIÇO DE REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS
	ANO DO REGISTRO
	TIPO DO LIVRO, SENDO: 1. LIVRO A (NASCIMENTO) 2. LIVRO B (CASAMENTO) 3. LIVRO C (REGISTRO DE CASAMENTO RELIGIOSO PARA FINS CÍVIS) 4. LIVRO D (ÓBITO) 5. LIVRO E AUXILIAR (REGISTRO DE NATIMORTOS) 6. LIVRO F (REGISTRO DE PROCLAMAÇÃO) 7. LIVRO G (DEMAIS ATOS RELATIVOS AO REGISTRO CIVIL)
	NÚMERO DO LIVRO
	NÚMERO DA FOLHA
	NÚMERO DO TERMO
	DÍGITO VERIFICADOR



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU
AÇÕES PENAIS

Data emissão: 14/10/2025

Data de validade: 14/12/2025

Nº da certidão: 12549284801

Código de Validação: d88aa3fa32

NOME: MARIA DAS DORES GONÇALVES

CPF: 093.796.493-04

DATA DE NASCIMENTO: 15/03/1957

FILIAÇÃO: BENEDITA GONÇALVES

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 1º GRAU DE JURISDIÇÃO e Juizados Especiais Criminais do Poder Judiciário do Estado do Maranhão sobre ocorrência de AÇÕES PENAIS distribuída(s) e que esteja(m) em tramitação em face da pessoa acima identificada.

A Certidão de Ações Penais contempla todas ações e execuções penais, inclusive da Auditoria Militar.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, §2º, da Lei no 7.210/84 (LEP) e dos artigos 76, §6º e 89, da Lei no 9.099/95 e Resolução do CNJ no 121/2010.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da Internet, autorizada pela Resolução 28/2018 e suas alterações;
- b) Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;
- c) A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;
- d) Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;
- e) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na pagina do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;
- f) Fonte da pesquisa: sistemas ThemisPG (1º grau), PJE (1º grau), PROJUDI, VEP e SEEU;



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 307261/25

Data da Certidão: 16/10/2025 13:26:57

CPF/CNPJ 09379649304 NÃO INSCRITO NO CADASTRO DE
CONTRIBUINTE DO ICMS DO ESTADO MARANHÃO.

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 14/01/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 097580/25

Data da Certidão: 16/10/2025 13:29:03

CPF/CNPJ CONSULTADO: 09379649304

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156 da lei nº 2.231 de 29/12/1962, substanciado pelos, 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 14/01/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:

<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.



PREFEITURA DE ITAPECURU MIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECEITA.
PRAÇA GOMES DE SOUSA, CENTRO
CNPJ 05.648.696/0001-80



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS IMOBILIÁRIOS Nº 1512/2025

Contribuinte
MARIA DAS DORES GONCALVES

CPF/CNPJ
093.796.493-04

Endereço / Domicílio Tributário

Código do Imóvel :
1040110004001

Localização Cartográfica:
01040110004001

Sector:
04

Quadra:
011

Lote:
0004

Unidade:
001

Endereço:

RUA: COELHO NETO, 00352, DEFENSORIA PUBLICA, - CEP 65485000

Bairro:

CENTRO

Município:

ITAPECURU-MIRIM - MA

Dados Referentes ao Exercício 2025

Área Territorial:
189,00

Área Total Construída:
0,00

Área Edif. Total:
108,00

Valor Venal Territorial:
7.005,54

Valor Venal Edificação:
17.280,00

Valor Venal Total:
24.285,54

Ressalvado o direito da Fazenda Pública do Município de cobrar quaisquer créditos tributários, CERTIFICO para a finalidade acima, não existirem débitos com a Fazenda Municipal referentes a impostos, taxas, contribuições de melhoria, multas e demais tributos municipais até a presente data, pelo que, na forma dos dispositivos legais e regulamentares aplicáveis, forneço a presente CERTIDÃO NEGATIVA a fim de produzir seus efeitos legais.

Finalidade da Certidão

REGULARIDADE JUNTO A FAZENDA MUNICIPAL

Emitida às 09:26:19 do dia 15/10/2025

Válida até 14/11/2025

Código de Controle da Certidão/Número MAKX5KJPZSE

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Consulte a autenticidade desta certidão em <https://itapecurumirim.meumunicipio.online/fam-lex/servlet/hwpcconsautcert>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

52992524/2025

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes CÍVEIS em tramitação contra:

MARIA DAS DORES GONCALVES

OU

CPF n. 093.796.493-04

Certidão emitida em 14/10/2025, às 09:37:21 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Maranhão.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Seção Judiciária: Maranhão (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 14/10/2025, às 07:50:09.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 52992524

Código de Validação: C2FE 369A D211 3AD7 B74E 01F3 C890 0068

Data da Atualização: 14/10/2025, às 07:50:09



14/10/2025



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

52992648/2025

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

MARIA DAS DORES GONCALVES

OU

CPF n. 093.796.493-04

Certidão emitida em 14/10/2025, às 09:39:08 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Maranhão.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Seção Judiciária: Maranhão (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 14/10/2025, às 07:50:09.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 52992648

Código de Validação: 2BCD 6C41 214C 6E9E 9F58 7276 8404 8E28

Data da Atualização: 14/10/2025, às 07:50:09



14/10/2025



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

DESPACHO

DLCC /Divisão de Logística e Consumo Consciente

DESTINATÁRIO

Supervisão de Monitoramento e Avaliação das Atividades Administrativas,

Considerando o processo n.º **0004864.110000937.0.2025, Locação imóvel - Núcleo Regional de Itapecuru Mirim;**

Encaminho os autos para providências quanto a elaboração de Instrumento de Medição de Resultados (IMR) e Mapa de Gerenciamento de Risco (MGR)

Observa-se ainda que:

1- Quanto ao afastamento da necessidade de apresentação de ETP:

A presente contratação direta por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso V, da Lei n.º 14.133/2021, tem por objeto a renovação da locação de imóvel já regularmente ocupado pela Instituição, cuja adequação ao interesse público encontra-se plenamente demonstrada pela experiência consolidada de uso, localização estratégica, estrutura física compatível e atendimento eficaz às demandas institucionais.

Nos termos do art. 72, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, os processos de contratação direta devem ser devidamente instruídos com elementos que comprovem a vantajosidade e legalidade da contratação. No entanto, a exigência de Estudo Técnico Preliminar (ETP), prevista no art. 44 da mesma Lei, visa subsidiar a tomada de decisão quanto à escolha da solução mais adequada ao atendimento da necessidade administrativa, especialmente nos casos em que há alternativas de fornecimento ou execução.

No caso concreto, a opção da Administração já está tecnicamente consolidada: trata-se da continuidade da locação de imóvel cuja utilização já se mostrou satisfatória e vantajosa, não havendo, portanto, dúvida quanto à solução a ser adotada. A elaboração de novo ETP implicaria em retrabalho e consumo de recursos humanos e operacionais, sem qualquer acréscimo de eficiência, violando, inclusive, os princípios da razoabilidade, economicidade e eficiência previstos no art. 37 da Constituição Federal.

Importa destacar a existência dos documentos essenciais ao processo como a Formalização da Demanda, Termo de Referência e avaliação prévia do imóvel, conforme exigência do art. 72 da Lei n.º 14.133/2021. Dessa forma, a instrução processual permanece íntegra e robusta, apta a

assegurar a legalidade e a vantajosidade da contratação.

Dessa forma, diante da ausência de alternativas viáveis à locação do mesmo imóvel, da ausência de novidade quanto à solução administrativa adotada e da manutenção de todos os demais documentos exigidos por lei, conclui-se pela desnecessidade de elaboração de Estudo Técnico Preliminar (ETP) no presente processo, sem prejuízo à legalidade, à transparência e ao controle da contratação pretendida.

2- Quanto a não pesquisa de imóveis públicos disponíveis:

Levando-se em consideração que o Núcleo Regional de Itapecuru Mirim, funciona no mesmo imóvel desde o ano de 2010, que o referido imóvel, já passou pelo processo de adequação e estruturação para funcionamento da Defensoria e que o endereço já é conhecido dos assistidos e, se observando ainda, que uma mudança de local de funcionamento acarretaria em um investimento financeiro considerado, com adequação, estruturação e transferência, é que baseados nos princípios anteriormente mencionados de razoabilidade, economicidade e eficiência, previstos no art.37 da Constituição Federal, não se apresentou pesquisa de disponibilidade de espaços públicos.

São Luís - MA, em **04 de novembro de 2025**.

Catarina Pinheiro Silva
Divisão de Logística e Consumo Consciente

Avenida Júnior Coimbra, S/N, - Bairro Renascença II, São Luís-MA (Próximo à Escola Reino Infantil) - CEP 65075-696
CNPJ:00.820.295/0001-42 / - <https://defensoria.ma.def.br> / servtransp@ma.def.br -


0284133v1



Documento assinado eletronicamente por **Catarina Pinheiro Silva, Chefe da Divisão de Logística e Consumo Consciente**, em 04/11/2025, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0284133** e o código CRC **41503217**.

 DEFENSORIA PÚBLICA do Estado do Maranhão	MAPA DE RISCOS DE SERVIÇOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	RISCOS	AÇÕES PREVENTIVAS	RESPONSÁVEL	INDICADOR DE DESEMPENHO	PERIODICIDADE
RISCOS INTERNOS	Documento de Formalização de Demanda - DFD Elaboração do Estudo Técnico Preliminar - ETP Elaboração do Termo de Referência - TR	Estudo Técnico Preliminar deficitário Falha na elaboração do Termo de Referência	Elaborar procedimento interno de todas as especificações do objeto a ser licitado.	SETOR SOLICITANTE	Percentual de Processos aprovados maior ou igual a 100%	03 meses
	Contratação de empresa inapta, que não atua no ramo pertinente, ou impedida de contratar com a Administração	Problemas na execução do contrato. Responsabilização dos servidores envolvidos no processo de contratação, incluindo a autoridade do órgão.	Exigir no Edital/TR documentos compatíveis com a complexidade do objeto, Verificar se a empresa possui CNAE pertinente ao objeto a ser contratado, além de eventuais registros de penalidades ou ocorrências impeditivas de licitar ou contratar; Verificar se a empresa possui experiência anterior compatível com a demanda.	SETOR SOLICITANTE	Percentual de Processos aprovados maior ou igual a 100%	03 meses
	Enquadramento no Plano de Contratação Anual - PCA	Não constar no Plano de Contratação Anual - PCA	Consulta prévia do enquadramento da despesa	ASPLAN	Percentual de Processos aprovados maior ou igual a 100%	03 meses
	Publicação/Divulgação do Edital	Falta de publicação dos atos necessários à validade do processo Licitatório (PNCP, DOE e SINC - Contratada)	Estabelecer um cronograma claro para publicação dos atos necessários, garantindo conformidade com os prazos legais	CPC	Percentual de Processos aprovados maior ou igual a 100%	03 meses
	Validação do Contrato	Recusa de assinatura e/ou da apresentação das garantias contratuais	Garantir que a empresa selecionada reúna as condições técnico-operacional e financeira necessária à execução do objeto	ASPLAN / 2ª SUB	Percentual de Processos aprovados maior ou igual a 100%	03 meses
	Publicação do Contrato	Falta de publicação do ato administrativo em tempo hábil no PNCP, SITE DA DPE, SINC - CONTRATA E DOE.	Verificação de publicação dentro do prazo legal	ASSEJUR / ASPLAN	Percentual de Processos aprovados maior ou igual a 100%	03 meses
	Gestor e Fiscal do Contrato	Designação de servidores sem conhecimento técnico do objeto	Indicar servidores com conhecimento técnico na área do objeto do contrato e proporcionar capacitação de gestores e fiscais.	SETOR SOLICITANTE e DEFENSORIA GERAL	Percentual de Processos aprovados maior ou igual a 100%	03 meses
RISCOS EXTERNOS	Orçamento LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA	Alteração nos Artigos inerentes à DPE/MA da Lei de Diretrizes Orçamentária que impactem no repasse de recursos	Garantir a alocação de recursos adequados para cobrir os custos e despesas contratuais.	DEFENSORIA GERAL / SUFIN		
	Orçamento PLOA - PLANO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL	Alteração nos Artigos inerentes à DPE/MA do Plano de Lei Orçamentária Anual que impactem no repasse de recursos	Garantir a alocação de recursos adequados para cobrir os custos e despesas contratuais.	DEFENSORIA GERAL / SUFIN		
	Falha na entrega dos serviços contratados	Imóvel não entregue conforme as condições previstas no contrato/Problemas jurídicos ou administrativos impedindo a ocupação do imóvel	Estabelecer prazos claros e penalidades por descumprimento contratual, exigindo vistoria prévia e documentação completa antes da assinatura do contrato	GESTOR / FISCAL		
	Serviços prestados com qualidade inferior ao esperado	Imóvel com infraestrutura inadequada	Realizar vistoria técnica antes da locação e definir padrões mínimos de qualidade	GESTOR / FISCAL		
	Subcontratação ou delegação indevida da execução do contrato.	Locador terceirizando a administração do imóvel sem aviso, dificultando a gestão	Incluir cláusula proibindo a subcontratação sem autorização da Defensoria / Definir no contrato o responsável direto pelo cumprimento das obrigações	GESTOR / FISCAL		

Processo n.º : 0004864.110000937.0.2025

Objeto: Serviço de Locação de Imóvel, destinado ao núcleo regional da Defensoria Pública do Estado do Maranhão no município de Itapecuru Mirim.

INDICADOR 01	
ITEM	CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA
Finalidade	Garantir que o imóvel mantenha sua estrutura física e instalações adequadas ao funcionamento da Instituição
Metas a Cumprir	O imóvel deve permanecer em boas condições estruturais, sem infiltrações ou danos significativos
Forma de Medição	Inspeção física e registros de manutenção
Periodicidade da verificação	Trimestral
Início de Vigência	A partir da assinatura do contrato
Sanções Contratuais	Conforme previsto no termo de referência e contrato

INDICADOR 02	
ITEM	DISPONIBILIDADE DO IMÓVEL
Finalidade	Garantir que o espaço locado esteja acessível e utilizável continuamente
Metas a Cumprir	100% de disponibilidade durante o período contratual
Forma de Medição	Verificação de eventuais impedimentos de uso
Periodicidade da verificação	Mensal
Início de Vigência	A partir da assinatura do contrato
Sanções Contratuais	Conforme previsto no termo de referência e contrato

INDICADOR 03	
ITEM	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
Finalidade	Assegurar a boa condição de uso do imóvel locado
Metas a Cumprir	Conservação e Manutenções realizadas pela locatária
Forma de Medição	Relatório
Periodicidade da verificação	Anual
Início de Vigência	A partir da assinatura do contrato
Sanções Contratuais	Conforme previsto no termo de referência e contrato

INDICADOR 04	
ITEM	CONFORMIDADE COM OS REQUISITOS LEGAIS E CONTRATUAIS
Finalidade	Verificar se o imóvel continua com a documentação e situação regular
Metas a Cumprir	100% de conformidade legal e documental
Forma de Medição	Checagem de matrícula, IPTU, dentre outros documetos
Periodicidade da verificação	Anual
Início de Vigência	A partir da assinatura do contrato
Sanções Contratuais	Conforme previsto no termo de referência e contrato

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

Supervisão de Monitoramento e Avaliação - SMAAA

INDICADOR 05	
ITEM	CUSTO BENEFÍCIO DA LOCAÇÃO
Finalidade	Assegurar que o valor pago da locação esteja condizente com o mercado e com a qualidade do imóvel
Meta a Cumprir	O valor da locação deve estar dentro da média de mercado para imóveis similares
Forma de Medição	Comparação com os valores de mercado
Periodicidade da verificação	Anual
Início de Vigência	A partir da assinatura do contrato
Sanções Contratuais	Conforme previsto no termo de referência e contrato

INDICADOR 06	
ITEM	SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS RESPONSÁVEIS PELO ESPAÇO
Finalidade	Medir o grau de satisfação dos servidores responsáveis pela gestão do local
Meta a Cumprir	Nível mínimo de 85% de satisfação.
Forma de Medição	Pesquisa interna com escala de avaliação
Periodicidade da verificação	Anual
Início de Vigência	A partir da assinatura do contrato
Sanções Contratuais	Conforme previsto no termo de referência e contrato



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

DESPACHO

SMAAA / Supervisão de Monitoramento das Atividades Administrativas

DESTINATÁRIO

Segunda Subdefensoria,

Considerando o processo nº **0004864.110000937.0.2025**, **Locação imóvel - Núcleo Regional de Itapecuru Mirim**,

Após elaboração e inserção do **Mapa de Gerenciamento de Risco - MGR** e do **Instrumento de Medição de Resultados - IMR**, encaminho os autos para continuidade nos trâmites processuais.

São Luís - MA, em **05 de novembro de 2025**.

Hevanilde Ferro Castro

Supervisora de Monitoramento

Supervisão de Monitoramento e Avaliação das Atividades Administrativas - SMAAA

Avenida Júnior Coimbra, S/N, - Bairro Renascença II, São Luís-MA (Próximo à Escola Reino Infantil) - CEP 65075-696
CNPJ:00.820.295/0001-42 / - <https://defensoria.ma.def.br> / smaaa@ma.def.br -

0284862v5



Documento assinado eletronicamente por **Hevanilde Ferro Castro**, **Supervisor(a) de Monitoramento e Avaliação das Atividades Administrativas**, em 05/11/2025, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0284862** e o código CRC **EFD6B7BF**.



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

DESPACHO

2ª SUB / Segunda Subdefensoria Pública do Estado

DESTINATÁRIO

Assessoria de Planejamento,

Considerando o processo nº **0004864.110000937.0.2025**, **Locação imóvel - Núcleo Regional de Itapecuru Mirim,**

Solicito que seja informada **subação** adequada para enquadramento da despesa e retorno dos autos à esta **2ª Subdefensoria**.

São Luís - MA, em **06 de novembro de 2025**.

Paulo Rodrigues da Costa
Segundo Subdefensor Público Geral
Segunda Subdefensoria Pública do Estado

Avenida Júnior Coimbra, S/N, - Bairro Renascença II, São Luís-MA (Próximo à Escola Reino Infantil) - CEP 65075-696
CNPJ:00.820.295/0001-42 / - <https://defensoria.ma.def.br> / 2subdefensoriageral@ma.def.br -

0285445v1



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Rodrigues da Costa, 2º Subdefensor Público Geral do Estado do Maranhão**, em 06/11/2025, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0285445** e o código CRC **996C036D**.



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

ENQUADRAMENTO ORÇAMENTÁRIO

ASPLAN /Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas

DESTINATÁRIO
Segunda Subdefensoria Pública do Estado,

Considerando processo n.º **0004864.110000937.0.2025**, conforme solicitado, informo que as despesas correrão no seguinte Programa de Trabalho.

Informações Orçamentárias

DADOS

Função:	03 - Essencial à Justiça
Subfunção:	092 - Representação Judicial e Extrajudicial
Programa:	0623 - Orientação Jurídica, Acesso a Direitos e Garantias Fundamentais
Ação:	2656 - Assistência Jurídica Gratuita
Subação:	023626 - Conservação e Manutenção
Programa de Trabalho:	03.092.0623.2656.023626

Observações (se houver): ____

São Luís - MA, em **06** de **novembro** de **2025**.

César Rafael Pimentel Esser
Assessor Junior
Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas



Documento assinado eletronicamente por **César Rafael Pimentel Esser, Assessoria de Planejamento**, em 06/11/2025, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0285487** e o código CRC **5A6A13E6**.



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

DESPACHO

2ª SUB / Segunda Subdefensoria Pública do Estado

DESTINATÁRIO

Supervisão Financeira,

Considerando o processo nº **0004864.110000937.0.2025**, **Locação imóvel - Núcleo Regional de Itapecuru Mirim**,

Determino que sejam dadas providências quanto a emissão de Informe de Disponibilidade Orçamentária no valor **R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)**, referente à Contratação da empresa Maria das Dores Gonçalves, na **subação 23626** conforme indicação da ASPLAN.

São Luís - MA, em **06 de novembro de 2025**.

Paulo Rodrigues da Costa
Segundo Subdefensor Público Geral
Segunda Subdefensoria Pública do Estado

Avenida Júnior Coimbra, S/N, - Bairro Renascença II, São Luís-MA (Próximo à Escola Reino Infantil) - CEP 65075-696
CNPJ:00.820.295/0001-42 / - <https://defensoria.ma.def.br> / 2subdefensoriageral@ma.def.br -

0285514v2



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Rodrigues da Costa**, **2º Subdefensor Público Geral do Estado do Maranhão**, em 06/11/2025, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0285514** e o código CRC **F3EE08CF**.



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

DESPACHO

SUFIN /Supervisão Financeira

DESTINATÁRIO

Divisão de Controle Contábil e Financeiro,

Considerando o processo nº **0004864.110000937.0.2025**, **Locação imóvel - Núcleo Regional de Itapecuru Mirim**

Objetivando o pleno atendimento da solicitação contido nos autos, encaminho para ser **informada disponibilidade orçamentária**.

São Luís-MA, em **06 de novembro de 2025**.

Ilvania Maria Mendes Dutra
Supervisor(a) Financeira

Avenida Júnior Coimbra, S/N, - Bairro Renascença II, São Luís-MA (Próximo à Escola Reino Infantil) - CEP 65075-696
CNPJ:00.820.295/0001-42 / - <https://defensoria.ma.def.br> / sufin@ma.def.br -

0285527v1



Documento assinado eletronicamente por **Ilvania Dutra, Supervisor(a) Financeira**, em 06/11/2025, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0285527** e o código CRC **6FA8C504**.



ORÇAMENTO DE 2025

INFORMAÇÕES CADASTRAIS E ORÇAMENTÁRIAS

PAG. 1

INFORMAÇÕES CADASTRAIS			
Nº DO PROCESSO:	486411000093702025	DATA:	06/11/2025
CREDOR:	MARIA DAS DORES GONCALVES		
Nº CPF/CGC:	093.796.493-04		
ENDEREÇO:			
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS			
ORGÃO:	08000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO		
UNID. ORÇAMENTÁRIA:	08101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO		
FUNÇÃO:	03 - Essencial a Justiça		
SUBFUNÇÃO:	092 - Representacao Judicial e Extrajudicial		
PROGRAMA:	0623 - Orientação Jurídica, acesso a Direitos e Garantia Fundamentais		
PROJETO ATIVIDADE:	2656 - Assistência Jurídica, Integral e Gratuita		
UNIDADE GESTORA:	080101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO		
SUBAÇÃO:	023626 - CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO		
NATUREZA DE DESPESA:	339036 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA		
SUBELEMENTO DE DESPESA:	33903615 - Locação de imóveis - Pessoa Física		
FONTE DE RECURSOS:	1500101000 - RECURSOS ORDINARIOS DO TESOURO		
MOD. EMPENHO:	Global	LICITAÇÃO:	07 - Licitação Inexigível
HISTÓRICO:	Locação do imóvel do Núcleo Regional de Itapecuru-Mirim/MA, da Defensoria Pública do Estado do Maranhão.		
VALOR:	R\$ 2.500,00	SALDO DA ND:	R\$ 19.963.037,00
		SALDO DO ITEM:	R\$ -

VALOR DE DOTAÇÃO FIXO: NÃO

ÚLTIMA GRAVAÇÃO: JJSFERREIRA

Nº RA	Nº CT	Nº NE	Nº NL	Nº PD	Nº PP
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

Em conformidade com o inciso II, do artigo 16, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000), informo que a despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual - LOA (Lei nº 12.168, de 19/12/2023) e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2024 - 2027 (Lei nº 12.167, de 19/12/2023) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei nº 11.994, de 31/07/2023).



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

DESPACHO

DCCF / Divisão de Controle Contábil e Financeiro

DESTINATÁRIO
Assessoria Jurídica

Considerando o processo nº **0004864.110000937.0.2025**, **Locação imóvel - Núcleo Regional de Itapecuru Mirim**,

Em atendimento ao despacho da Supervisão Financeira, informamos a dotação orçamentária, conforme disponibilidade do SCO.

São Luís - MA, em **06 de novembro de 2025**.

José Joaquim Silveira Ferreira
Auxiliar Técnico
Divisão de Controle Contábil e Financeiro

Avenida Júnior Coimbra, S/N, - Bairro Renascença II, São Luís-MA (Próximo à Escola Reino Infantil) - CEP 65075-696
CNPJ:00.820.295/0001-42 / - <https://defensoria.ma.def.br/contabilidade@ma.def.br> -

0285690v1



Documento assinado eletronicamente por **José Joaquim Silveira Ferreira, Auxiliar Técnico**, em 06/11/2025, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0285690** e o código CRC **6B4BC8D2**.



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

PARECER

PARECER JURÍDICO Nº 435/2025 – ASSEJUR/DPE

PROCESSO Nº 0004864.110000937.0.2025

Unidade Emitente: ASSEJUR/Assessoria Jurídica

ASSUNTO: Locação de imóvel por inexigibilidade de licitação – Núcleo Regional de Itapecuru Mirim/MA.

**DIREITO ADMINISTRATIVO. LOCAÇÃO DE IMÓVEL.
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. POSSIBILIDADE.**

I. RELATÓRIO

Vem a exame desta Assessoria, o presente processo que versa sobre a locação de imóvel situado na Rua Coelho Neto, n.º 352 – Centro, Itapecuru Mirim/MA, destinado à sede do Núcleo da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, em Itapecuru Mirim/MA, de propriedade da Sra. Maria das Dores Gonçalves, CPF: 093.796.493-04, com base no art. 74, V da Lei 14.133/2021.

Constam nos autos:

- a) DFD - Documento de Formalização da Demanda (doc. 0282798)
- b) TR - Termo de Referência (doc. 0282827)
- c) Mapa de Gerenciamento de Riscos (doc. 0284860)
- d) Instrumento de Medição de Resultados (doc. 0284861)
- e) Autorização do DPGE (doc. 0279755)
- f) Proposta da proprietária (doc. 0282891)
- g) Disponibilidade Orçamentária (doc. 0285689)
- h) Avaliação do Imóvel (doc. 0281786)
- i) Documento pessoal do(a) proprietário(a) (doc. 0282914)
- j) Certidão de nascimento do(a) proprietário(a) (doc. 0282938)
- k) Certidão negativa de tributos federais e da dívida ativa da União (doc. 0282926)
 - l) Certidão negativa federal judicial criminal (doc. 0282988)
- m) Certidão negativa federal judicial cível (doc. 0282982)
- n) Certidão negativa de ações penais estaduais (doc. 0282947)
- o) Certidão negativa de débito estadual (doc. 0282952)
- p) Certidão negativa de dívida ativa municipal (doc. 0282956)

- q) Certidão negativa de débitos imobiliários (doc. 0282961)
- r) Certidão negativa de débitos municipal (doc. 0271513)
- s) Contrato 064/2016 (doc. 0279792)

É o sucinto relatório. Opina-se.

II. ANÁLISE JURÍDICA

É dever salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam até a presente data nos autos do processo administrativo em epígrafe.

À luz do art. 53 da Lei n.º 14.133/21, incumbe a esta Assessoria Jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na esfera da conveniência e da oportunidade dos atos praticados pela Administração, tampouco analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

É cediço que a regra para a Administração Pública, em decorrência de imperativo constitucional, é licitar. No entanto, em muitas situações, a licitação, embora viável, não atende ao interesse público.

Em que pese a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam, a dispensa e a inexigibilidade de licitação.

No caso da contratação por inexigibilidade de licitação a justificativa para a sua adoção é a inviabilidade de competição. Para Marçal Justem Filho¹, essa inviabilidade de competição ocorre nas seguintes situações: ausência de pluralidade de alternativas; ausência de mercado concorrencial, impossibilidade de julgamento objetivo; ausência de definição objetiva da prestação.

Nesse sentido ressaltamos o posicionamento do renomado Ronny Charles², na qual afirma que na competição inviável, para fins de aplicação da inexigibilidade, não ocorre apenas nas situações em que é impossível haver disputa, mas também naquelas em que a disputa é inútil ou prejudicial ao atendimento da pretensão contratual, pelo confronto e contradição com aquilo que a justifica (o interesse público).

A locação direta de imóvel para uso pela Administração Pública, por inexigibilidade de licitação, está prevista no art. 74 da Lei n. 14.133, de 2021:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: (...)

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha. (...)

§ 5º Nas contratações com fundamento no inciso V do caput deste artigo, devem ser observados os seguintes requisitos:

I - avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos;

II - certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto;

III - justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela.

Assim, a Lei Geral de Licitações autoriza a contratação direta, sem licitação, para locação de imóvel selecionado pela Administração quando suas características "tornem necessária sua escolha" (inciso V), desde que atendidos todos os requisitos do §5º acima transcrito.

A inexigibilidade de licitação é exceção à regra da licitação, admitida apenas diante da ausência de outras opções viáveis ao atendimento da necessidade da Administração, como enfatiza o

art. 51 da Lei 14.133/21:

Art. 51. Ressalvado o disposto no inciso V do caput do art. 74 desta Lei, a locação de imóveis deverá ser precedida de licitação e avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações e do prazo de amortização dos investimentos necessários.

Na presente contratação, ressaltamos que o imóvel em questão é aquele no qual já se encontra instalado e em funcionamento, o atual núcleo regional da Defensoria Pública na cidade de Itapecuru Mirim/MA.

A nova contratação é necessária em razão do disposto no §5º do art. 8º e no art. 9º do Ato nº 56 – DPGE/2024, na qual determina que até dezembro de 2025 todos os processos de locação serão regidos pela Lei nº 14.133/2021. Dessa forma, se trata de continuidade da relação contratual de locação já existente desde 2016, que deverá ser consubstanciada em uma nova locação, em razão da necessidade de atualização do instituto legal que a rege. **Contudo, esta Assessoria Jurídica entende pela necessidade da inclusão de documento comprobatório da propriedade do imóvel ou outro similar.**

No tocante à fase preparatória, observa-se que o processo foi devidamente instruído com a documentação exigida pela Lei nº 14.133/2021. Constan nos autos o Documento de Formalização da Demanda (doc. 0282798); o Termo de Referência (doc. 0282827); o Mapa de Gerenciamento de Riscos (doc. 0284860); o Instrumento de Medição de Resultados (doc. 0284861); a Autorização do DPGE (doc. 0279755); a Proposta da proprietária (doc. 0282891); a Disponibilidade Orçamentária (doc. 0285689); e o Laudo de Avaliação do Imóvel (doc. 0281786). Ademais, o Termo de Referência dispõe sobre as benfeitorias a serem eventualmente realizadas no imóvel, com fundamento nos arts. 35 e 36 da referida Lei. No que tange à devolução do imóvel, observa-se o disposto nos arts. 4º e 39 do mesmo diploma legal, que disciplinam as condições e prazos para a restituição do bem locado.

Por sua vez, quanto ao recebimento e às eventuais alterações efetuadas no imóvel, o Termo de Referência se ampara na Seção IV da Lei do Inquilinato, especialmente nos arts. 22 e 23, que delineiam os deveres do locador e do locatário, assegurando a manutenção do equilíbrio contratual e a adequada conservação do patrimônio.

Além disso, no aspecto formal da contratação direta via inexigibilidade de licitação, alguns requisitos devem ser preenchidos, conforme estabelece o art. 72 da Lei nº 14.133/21:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

No caso em questão, afasta-se a elaboração do ETP de acordo com o art. 2º, I, do ATO Nº 054-DPGE, de 17 de setembro de 2024:

Art. 2º A elaboração do ETP não é obrigatória nos seguintes casos:

I - Contratação de obras, serviços, compras e aluguéis cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, independentemente da forma de contratação, conforme Instrução Normativa nº 58/2022 do Governo Federal;

Percebemos que o processo em análise, considerando a fase em que se apresenta, preenche todos os requisitos exigidos pela NLLC, apresentando TR com informações claras acerca do objeto demandado e todas as justificativas para a contratação por inexigibilidade.

Constata-se nos autos informação do setor competente, dando conta da existência de recurso financeiro e orçamentário para a pretensão acima aludida, cuja dotação correrá pela UG: 080101, Programa de Trabalho: 0623, ND: 339036 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA.

Outrossim, consta nos autos, proposta da proprietária MARIA DAS DORES GONÇALVES, documento pessoal do(a) proprietário(a) (doc. 0282914), a certidão de nascimento (doc. 0282938), o Contrato nº 064/2016 (doc. 0279792), bem como a certidão negativa de tributos federais e da dívida ativa da União (doc. 0282926); a certidão negativa federal judicial criminal (doc. 0282988); a certidão negativa federal judicial cível (doc. 0282982); a certidão negativa de ações penais estaduais (doc. 0282947); a certidão negativa de débito estadual (doc. 0282952); a certidão negativa de dívida ativa municipal (doc. 0282956); a certidão negativa de débitos imobiliários (doc. 0282961); e a certidão negativa de débitos municipal (doc. 0271513), que atestam a regularidade fiscal e jurídica da locadora.

Diante do exposto, conclui-se que o processo está devidamente instruído, atendendo aos requisitos dos arts. 72 e 74 da Lei nº 14.133/2021. A renovação da locação mostra-se juridicamente possível e vantajosa, considerando a adequação do imóvel, os investimentos já realizados e a necessidade de continuidade do serviço público, em consonância com os princípios da eficiência e da economicidade.

III – ANÁLISE DO DISPOSTO NO ART. 74, §5º, DA LEI Nº 14.133/2021

Acerca do disposto no art. 74, §5º, da Lei Nº 14.133/2021, já citado anteriormente, disserta-se:

Concomitante com o inciso I do referido parágrafo, a avaliação do imóvel está disposta no Laudo Técnico (doc. 0281786), o qual atesta que o bem se encontra em condições adequadas de uso e conservação, atendendo às necessidades funcionais da Defensoria Pública do Estado do Maranhão. Verificaram-se apenas pequenas demandas de manutenção. Assim, o imóvel permanece apto para o uso institucional, revelando-se tecnicamente adequado e economicamente vantajoso para a renovação contratual.

Em que pese o teor do art. 74, §5º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, o qual dispõe sobre a necessidade de comprovação da inexistência de imóveis públicos disponíveis antes da contratação de imóveis particulares, verifica-se que, no presente caso, tal exigência mostra-se inaplicável.

Com efeito, a situação em exame não se refere à criação de nova unidade ou à celebração de uma contratação inédita, mas, sim, à mera transposição do regime jurídico da contratação, anteriormente regida pela Lei nº 8.666/1993, para o novo marco normativo das contratações públicas.

Considerando que já existe núcleo da Defensoria Pública do Estado do Maranhão regularmente instalado e em pleno funcionamento no imóvel objeto da contratação, a realização de nova busca por imóvel público ou a transferência das atividades para outro espaço implicaria ruptura da continuidade administrativa, despesas adicionais com reformas, mudanças e adaptações, além de

prejuízo à população assistida.

Dessa forma, o afastamento da exigência constante do art. 74, §5º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, justifica-se pelos princípios da economicidade, da eficiência e da continuidade do serviço público, que orientam a atuação administrativa e asseguram a racionalização dos recursos públicos, bem como a manutenção ininterrupta do atendimento ao público. Consequentemente, o mesmo refere-se a avaliação prévia que demonstre a compatibilidade do preço de locação proposto com a realidade do mercado imobiliário local, disposta no art. 24 da IN SEGES/MP n. 103, de 2022.

Acerca do art. 74, §5º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, a singularidade do imóvel para o atendimento da necessidade da Administração resta comprovada pelo fato do núcleo já estar em funcionamento há muitos anos nesse mesmo endereço, encontrando-se, ainda, totalmente adaptado para a realização das atividades institucionais da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, conforme corroborado pela Supervisão de Obras e Reformas que emitiu manifestação nos seguintes termos (doc. 0281786):

O imóvel supracitado, atualmente, locado pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão, mantém condições adequadas de uso e conservação, atendendo às necessidades funcionais da Instituição. Foram observadas, contudo, pequenas demandas de manutenção, notadamente serviços de pintura, decorrentes do desgaste natural pelo uso contínuo do espaço.

Dessa forma, conclui-se que o imóvel permanece apto para uso institucional, recomendando-se a renovação do contrato de locação, por demonstra-se como ativo imobiliário estratégico e eficaz no suporte às funções institucionais da DPE-MA.

Dessa forma, no caso concreto, constam todos os elementos necessários para caracterizar a singularidade do imóvel pretendido e vantajosidade da contratação. O modelo de execução do objeto contratual encontra-se devidamente pautado na Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991 (Lei do Inquilinato), a qual rege as locações de imóveis urbanos e estabelece os direitos e deveres das partes envolvidas.

Conclui-se, portanto, que a manutenção da contratação do imóvel já ocupado pela Defensoria Pública constitui a medida mais adequada, vantajosa e juridicamente compatível com os preceitos da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

IV – CONCLUSÃO

Ante o exposto, observadas as recomendações deste parecer, esta Assessoria Jurídica se manifesta pela possibilidade de contratação direta por inexigibilidade de licitação, de locação de imóvel para o funcionamento do Núcleo Regional de Itapecuru Mirim/MA, com base no art. 74, V, da Lei nº 14.133/21.

Por fim, alerta-se quanto à necessidade de comunicação do procedimento ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, nos termos da IN TCE/MA N.º 73/2022, com a inclusão no processo, do comprovante de envio desta comunicação, bem como da publicação resumida do instrumento do contrato na imprensa oficial no prazo de lei.

Outrossim, orientamos a remessa dos autos ao Controle Interno a fim de que sejam adotadas as providências administrativas necessárias e, posteriormente, o encaminhamento para autorização do Defensor Público-Geral.

É o parecer. S.M.J.

São Luís, novembro de 2025.

JÉSSICA CÔRTEZ FONSECA DE ANDRADE

Assessoria Jurídica

1JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva 2005. p. 347.

2TORRES, Ronny Charles Lopes de. Lei de Licitações Públicas Comentada. São Paulo: Editora Juspodivm, 2023, p. 444.

Avenida Júnior Coimbra, S/N, - Bairro Renascença II, São Luís-MA (Próximo à Escola Reino Infantil) - CEP 65075-696
CNPJ:00.820.295/0001-42 / - <https://defensoria.ma.def.br> / assessoriajuridica@ma.def.br -

0289962v3



Documento assinado eletronicamente por **Jéssica Côrtes Fonseca de Andrade, Assessoria Jurídica**, em 17/11/2025, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0289962** e o código CRC **E9F5A6BF**.



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

DESPACHO

ASSEJUR / Assessoria Jurídica

DESTINATÁRIO
Departamento de Controle Interno

Considerando o processo nº **0004864.110000937.0.2025**, **Locação imóvel - Núcleo Regional de Itapecuru Mirim**,

Encaminhamos o Parecer nº 435/2025 - Assejur para análise e providências cabíveis.

São Luís - MA, em **17 de novembro de 2025**.

Jéssica Côrtes Fonseca de Andrade
Assessora Junior
Assessoria Jurídica

Avenida Júnior Coimbra, S/N, - Bairro Renascença II, São Luís-MA (Próximo à Escola Reino Infantil) - CEP 65075-696
CNPJ:00.820.295/0001-42 / - <https://defensoria.ma.def.br> / assessoriajuridica@ma.def.br -

0291359v1



Documento assinado eletronicamente por **Jéssica Côrtes Fonseca de Andrade, Assessoria Jurídica**, em 17/11/2025, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0291359** e o código CRC **AE4B0E92**.



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

DESPACHO

DCI / Departamento de Controle Interno

DESTINATÁRIO

Divisão de Logística e Consumo Consciente

Considerando a análise da documentação acostada aos autos, constatou-se a ausência de documento comprobatório da propriedade do imóvel.

A ausência desse documento impede a devida comprovação da propriedade, requisito essencial para a adequada tramitação e conclusão do processo, conforme as normas aplicáveis.

Diante do exposto, encaminham-se os autos para as providências cabíveis.

São Luís - MA, em **18 de novembro de 2025**.

Gil Eanes Fonseca Lobato
Assessor Sênior
Departamento de Controle Interno

Avenida Júnior Coimbra, S/N, - Bairro Renascença II, São Luís-MA (Próximo à Escola Reino Infantil) - CEP 65075-696
CNPJ:00.820.295/0001-42 / - <https://defensoria.ma.def.br/controleinterno@ma.def.br> - Ramal 235

0291919v1



Documento assinado eletronicamente por **Gil Eanes Fonseca Lobato**, **Assessoria do Departamento de Controle Interno**, em 18/11/2025, às 10:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0291919** e o código CRC **8D7DE195**.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL DE ITAPECURU-MIRIM - MA
Rua Urbano Santos, 239, Centro, Itapecuru-Mirim - MA - CEP: 65485-000
Contato: (98) 98440-8155 E-mail: cartorioitapecuru@hotmail.com
César Roberto Coelho Ferreira Filho - Tabelião e Oficial de Registro



CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

CERTIFICO que a requerimento da parte interessada, revendo os livros próprios desta Serventia Imobiliária, constatei no Lv. 2, de Registro Geral de Imóveis, Data de Abertura: 26/07/1978 . Matricula Nº 216, Código Nacional de Matricula: Nº 031211.2.0000216-24, Protocolo: 1, o seguinte teor: **IMÓVEL:** Prédio residencial, situado na **rua Coelho Neto**, centro, nesta cidade de Itapecuru – mirim – MA, com a área de 144m² (cento e quarenta e quatro metros quadrados), com as seguintes confrontações: limita-se ao norte, sul, leste e oeste, com propriedades de terceiros, no valor de Cr\$80.000,00.

NOME DO PROPRIETÁRIO: José Alves Machado e sua mulher Maria José Siqueira Machado, brasileiros, casados, ele comerciante e ela professora, residentes nesta cidade.-

REGISTRO ANTERIOR: Registrado sob nº 2.312, fls. 79, do Livro 3 – G, em 23/11/73.- O referido é verdade e dou fé. Eu, Adélia Matos Fonseca, Oficial do Registro, escrevi.

REGISTRO Nº 03.- MATRICULA Nº 216.- Itapecuru – Mirim, 28 de junho de 2007.- Nos termos da escritura pública de compra e venda, lavrada neste Cartório, no Livro nº 44, às fls. 193 a 194, nesta data, o imóvel constante da presente matrícula, foi adquirido pela Sra. **MARIA DAS DORES GONÇALVES**, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade nº 389.937 SSP/MA e CPF nº 093.796.493-04, residente nesta cidade, por compra feita aos Srs. **José Alves Machado**, portador da CI nº 335887945 SESP/MA e CPF nº 011.938.213-04, e sua mulher **Maria José Siqueira Machado**, CI nº 26866672003-0 SSP/MA e CPF nº 269.674.993-00, brasileiros, casados, empresários, residentes nesta cidade, pelo preço certo de R\$15.000,00 (quinze mil reais); com as condições de direito, domínio, posse e ação.- O referido é verdade e dou fé. Eu, Bel. José Ribamar L. Fonseca, Oficial do Registro, digitei, subscrevi e assino.



Poder Judiciário – TJMA. Selo: CERIMV031211NKXY8UMR9YMCAQ63, 17/10/2025 11:19:58, Ato: 16.24.1, Parte(s): MARIA DAS DORES GONÇALVES, Total R\$ 50,95 Emol R\$ 45,92 FERC R\$ 1,37 FADEP R\$ 1,83 FEMP R\$ 1,83 Consulte em <https://selo.tjma.jus.br>

A presente certidão tem a validade de trinta (30) dias (Art. 557 do Prov. 16/2022 da CGJ/TJMA). O referido é verdade e dou fé. **ITAPECURU MIRIM/MA** 17 de Outubro de 2025.
Eu, **CESAR ROBERTO COELHO FERREIRA FILHO**, Tabelião e Registrador.



CESAR R.C.E. FILHO - CNS 03121-1-1- Itapecuru Mirim - MA



Documento Registrado



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: E2M8P-48D5H-GXMLX-ATKTX

Documento assinado com o uso de certificado digital ICP Brasil, no Assinador
Registro de Imóveis, pelos seguintes signatários:

Cesar Roberto Coelho Ferreira Filho (CPF 008.508.563-45)

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate/E2M8P-48D5H-GXMLX-ATKTX>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe
o código de validação:

<https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate>





DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

DESPACHO

DLCC / Divisão de Logística e Consumo Consciente

DESTINATÁRIO

Departamento de Controle Interno

Considerando o processo n.º **0004864.110000937.0.2025**, **Locação imóvel - Núcleo Regional de Itapecuru Mirim**,

Conforme solicitado segue documento comprobatório da propriedade do imóvel.

São Luís–MA, em **18 de novembro de 2025**.

Catarina Pinheiro Silva
Supervisão de Logística e Serviços

Avenida Júnior Coimbra, S/N, - Bairro Renascença II, São Luís-MA (Próximo à Escola Reino Infantil) - CEP 65075-696
CNPJ:00.820.295/0001-42 / - <https://defensoria.ma.def.br> / servtransp@ma.def.br -

0291993v1



Documento assinado eletronicamente por **Catarina Pinheiro Silva, Chefe da Divisão de Logística e Consumo Consciente**, em 18/11/2025, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0291993** e o código CRC **7E9F2E29**.



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

ANÁLISE DA REGULARIDADE

DCI /Departamento de Controle Interno

PROCESSO N.º: **0004864.110000937.0.2025**

Setor Interessado: Divisão de Logística e Consumo Consciente

Assunto: Contratação Direta: Inexigibilidade - Locação imóvel - Núcleo Regional de Itapecuru Mirim

Gabinete da Defensoria Geral,

Vêm a exame deste Departamento de Controle Interno os presentes autos, referentes à solicitação para continuidade da locação do imóvel, situado na **Rua Coelho Neto, n.º 352, Centro, Itapecuru Mirim - MA**, onde funciona o Núcleo Regional da DPE/MA no referido município, de forma **Direta/Inexigibilidade**, com fundamento no art. 74, Inciso V, § 5º da Lei Federal n.º 14.133/21, conforme especificações contidas no Termo de Referência e seus anexos.

Consta nos autos, a fim de amparar o pleito, a documentação abaixo relacionada:

- DFD - Documento de Formalização da Demanda (0282798);
- Termo de Referência (0282827);
- Laudo Técnico do Imóvel (0281786);
- Mapa de Gerenciamento de Riscos (0284860);
- Instrumento de Medição de Resultados (0284861);
- Proposta Comercial (0282891);
- Documentos de Habilitação;
- Informação de Disponibilidade Orçamentária (0285689);
- Parecer nº 435/2025-ASSEJUR/DPE (0289962).

Constam ainda, despachos ordinários referentes ao trâmite do processo administrativo de aquisição.

Em regra, a Constituição Federal determinou no art. 37, inciso XXI, que as obras, serviços, compras e alienações da Administração Pública devem ser precedidos por licitação, como se pode extrair da transcrição da redação do dispositivo ora citado:

Art. 37. (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes,

com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Contudo, nos termos do artigo 74, Inciso V, § 5º da Lei nº 14.133/2021, prevê a inexigibilidade de licitação para aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

Dá análise da documentação acostada aos autos, verificou-se trata-se de regularização da locação de imóvel que já se encontra ocupado e em uso pela DPE/MA, adaptando-se aos termos da Lei Federal nº 14.133/2021

Dada a natureza do objeto (regularização de Locação existente), foram constatados as seguintes ausências: documento de avaliação prévia do bem, certificação da inexistência de imóveis públicos vagos disponíveis que atendam o objeto, existências do § 5º do mencionado artigo, bem como ausência do Estudo Técnico Preliminar. Contudo, tais ausências encontram-se justificadas no Termo de Referência.

Diante do exposto, declara-se o processo devidamente instruído e regular, contendo as justificativas necessárias, laudo técnico do imóvel, proposta da locadora, informação de disponibilidade orçamentária compatível com a natureza da despesa e parecer jurídico.

Encaminham-se os autos para **deliberação superior**.

São Luís-MA, em **18 de novembro de 2025**.

Gil Eanes Fonseca Lobato
Assessor Sênior
Departamento de Controle Interno

Avenida Júnior Coimbra, S/N, - Bairro Renascença II, São Luís-MA (Próximo à Escola Reino Infantil) - CEP 65075-696
CNPJ:00.820.295/0001-42 / - <https://defensoria.ma.def.br/controleinterno@ma.def.br> - Ramal 235

0292191v1



Documento assinado eletronicamente por **Gil Eanes Fonseca Lobato**, Assessoria do **Departamento de Controle Interno**, em 18/11/2025, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0292191** e o código CRC **1480F053**.



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

DELIBERAÇÃO

GAB-DEFGERAL / Gabinete da Defensoria Geral

Considerando:

- Solicitação composta pelos documentos (DFD; ETP; Termo de Referência e outros) anexada nos autos;
- Que a presente despesa dispõe de suficiente disponibilidade orçamentária como anexado aos autos;
- Análise do Departamento de Controle Interno que recomenda a emissão de nota de empenho pelo ordenador de despesa.

Na qualidade de DEFENSOR(A) PÚBLICO(A)-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO e Ordenador de despesas

****AUTORIZO****

na forma da Lei, que seja emitido o **TERMO DE RATIFICAÇÃO** visando garantir a legalidade e efetividade do pleito conforme autos processuais e posterior emissão de **NOTA DE EMPENHO** de modo a custear as despesas visando a cobertura financeira para a Demanda apresentada, conforme quadro de Informações abaixo. Outrossim, informo que a despesa preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar n.º 101/00, no que tange o art. 16. Que estabelece normas de finanças públicas voltadas à responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Informações do Processo

NÚMERO DO PROCESSO / ESPECIFICAÇÃO

0004864.110000937.0.2025

Locação imóvel - Núcleo Regional de Itapecuru Mirim

NOME

Maria das Dores Gonçalves

Detalhamento

VALOR

R\$ 30.000,00

Observações (se houver): __

São Luís - MA, em **19 de novembro de 2025**.

Gabriel Santana Furtado Soares
Defensor(a) Público(a)-Geral do Estado
do Maranhão /DPGE/MA

Avenida Júnior Coimbra, S/N, - Bairro Renascença II, São Luís-MA (Próximo à Escola Reino Infantil) - CEP 65075-696
CNPJ:00.820.295/0001-42 / - <https://defensoria.ma.def.br> / defensoriageral@ma.def.br -

0293010v1



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Santana Furtado Soares, Defensor Público Geral do Estado do Maranhão**, em 19/11/2025, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0293010** e o código CRC **E4286335**.



de seleção. 10.10. A análise e avaliação da execução do Plano de Trabalho dos projetos das Organizações habilitadas serão de responsabilidade do técnico, posteriormente designado em ato próprio pelo administrador público, que emitirá um Parecer Técnico no qual deverá se pronunciar de forma expressa a respeito dos itens enumerados no inciso V do caput do art. 35 da Lei Federal nº 13.019 de 31 julho de 2014, quais sejam: a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada (edital e projeto aprovado pela comissão de seleção); b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria; c) da viabilidade de sua execução; d) da verificação do cronograma de desembolso; e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos; g) da designação do gestor da parceria; e h) da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria;

Fundamentação Legal:

Lei Federal n.º 13.019/2014 c/c Decreto Estadual n.º 32.724/2017.

São Luís, 22 de agosto de 2024. Atenciosamente, **LILIA RAQUEL SILVA DE NEGREIROS** Secretária de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular – SEDIHPOP.

PORTARIA

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

PORTARIA Nº 2377/2024-DPGE, DE 29 DE AGOSTO DE 2024

Designa servidores e servidoras para atuarem como Agente de Contratação, Pregoeiro e equipe de apoio nos procedimentos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021 da Defensoria Pública do Estado do Maranhão. O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais **RESOLVE: Art. 1º** Designar o(s) servidor(es) abaixo para comporem a Comissão Permanente de Contratação que terá a função de receber, examinar, operacionalizar, conduzir e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares, conforme disposto no art. 7º da Lei nº 14.133/2021, os seguintes servidores na condição de membros titulares: I - Anúnciação de Maria C. Barbosa, DANS-1, matrícula 2748648 II - Hilton Rafael Carvalho Costa, assessor sênior, DAS-1, matrícula 2223634 III - Lilian Ribeiro de Santana Goulart, assessor técnico, matrícula 2748820IV- Raimundo Eduardo da Silva Faria, assessor sênior, DAS-1, matrícula 2223618 V - Beatriz Jorge de Melo Martins, assessor júnior, DAS-2, matrícula 2745099 **Art. 2º** Designar a servidora Anúnciação de Maria C. Barbosa, como Agente de Contratação. **Art. 3º** Designar os(as) servidores(as) Hilton Rafael Carvalho Costa e Lilian Ribeiro de Santana Goulart, para atuarem como Pregoeiros(as), conforme disposi-

ções da Lei Federal nº 14.133/21. **Art. 4º** Designar como membros da equipe de apoio, respectivamente: Raimundo Eduardo da Silva Faria, assessor sênior e Beatriz Jorge de Melo Martins, assessora júnior. § 1º A Comissão ora criada poderá requisitar, sempre que necessário, servidores da Defensoria para auxiliá-la em parecer técnico de suas respectivas áreas. **Art. 5º** Nas ausências e/ou impedimentos do(a) Agente de Contratação, designada no art. 2º, as atribuições sob sua responsabilidade serão desempenhadas pelo servidor Hilton Rafael Carvalho Costa. **Art. 6º** As designações em epígrafe terão caráter permanente, até que outro ato as modifique ou as revogue. Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se. Gabinete da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, em São Luís, 29 Agosto de 2024. **GABRIEL SANTANA FURTADO SOARES** Defensor Público-Geral do Estado do Maranhão.

TERMOS DE ADJUDICAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

TERMO DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO Nº 0097216/2023 – SECOM SOLICITANTE: Secretaria Adjunta do Marketing e Mídias Sociais OBJETO: contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda, de interesse da Secretaria de Estado da Comunicação Social – SECOM, cujo objeto inclui a concepção e elaboração de peças publicitárias – criação e produção de conteúdos impressos e audiovisuais especializadas nos métodos, na arte e nas técnicas publicitárias, estudo, concepção, execução e distribuição de propaganda aos veículos de comunicação – definidas com base na Tabela Referencial de Custos Internos da Federação Nacional das Agências de Propaganda – FENAPRO. Contempla ainda: o estudo, a concepção, a execução interna, a supervisão da execução externa (produção) e a distribuição de campanhas e peças publicitárias que envolvam ou não veiculação; a elaboração de marcas e expressões de propaganda, de logotipos e de outros elementos de comunicação visual que se fizerem necessários dentro do processo de criação de campanhas e peças para a Secretaria de Estado da Comunicação Social – SECOM. **DISPOSITIVO LEGAL: art. 22, I, da Lei Federal nº. 8.666/1993. CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 001/2023/CSL/SECOM** A Comissão Setorial de Licitação da Secretaria de Estado da Comunicação Social – SECOM, por meio de seu Pregoeiro, designado pela Portaria de nº 44/2024-GAB/SECOM, publicada no Diário Oficial deste Estado em 04 de março de 2024, tendo sido observados os dispositivos insíntes na legislação vigente, **resolve adjudicar** o objeto do Concorrência Pública nº. 001/2023/CSL/SECOM às empresas **CANAL COMUNICAÇÃO EIRELI**, inscrita no CNPJ 02.351.777/0001-26; **CLARA COMUNICAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ 02.876.884/0001-78 e **GRITO PROPAGANDA LTDA**, inscrita no CNPJ 18.143.175/0001-13, no valor total de **R\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais)**, sendo aplicado pelas vencedoras, durante a vigência do contrato os seguintes preços para os serviços descritos: I. Desconto, a ser concedido a Secretaria de Estado da Comunicação Social – SECOM no percentual de 70% (setenta por cento) em relação aos preços previstos na tabela do Federação Nacional das Agências de Propaganda – FENAPRO, a título de ressarcimento dos custos internos dos serviços executados pela licitante, referentes a peças e ou material cuja distribuição não lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965; II. Honorários a serem cobrados da Secretaria de Estado da Comunicação Social – SECOM no percentual de 0% (zero por cento), incidente sobre os preços de serviços especializados prestados por fornecedores, referentes ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento pertinentes à exe-



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

TERMO DE RATIFICAÇÃO

RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE

Processo SEI nº 0004864.110000937.0.2025- DPE/MA

Em conformidade com os atos e termos do processo em epígrafe, AUTORIZO E RATIFICO a contratação por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fundamento no art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, em favor da proprietária, conforme documento particular de venda (ID 0291973), a Srª. MARIA DAS DORES GONÇALVES, para Locação do imóvel, cuja adequação ao interesse público encontra-se plenamente demonstrada, localização estratégica, estrutura física compatível e atendimento eficaz às demandas institucionais. O referido imóvel, é situado na Rua Coelho Neto, nº 352, Centro, Itapecuru Mirim - MA, com a medida de 244,65 m², destinado ao Núcleo Regional da Defensoria Pública do Estado do Maranhão em Itapecuru Mirim - MA, nas condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência (ID: 0282827), ao custo mensal de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), e valor anual de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Ciente do Despacho DCI (ID:0292191) e Parecer ASSEJUR nº 435/2025 (ID: 0289962);

Contratada: MARIA DAS DORES GONÇALVES, portadora do RG 093.796.439-04 e CPF: 093.796493-04.

Amparo Legal: Art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021

Dotação Orçamentária: UG: 080101; Programa de trabalho: 03.092.0623.2656.023626; Natureza de despesa: 33903615 -Outros Serviços e Terceiros-Pessoa Física/Locação de Imóveis- Pessoa Física; Fonte: 1500101000 - Recursos ordinários do tesouro.

Fica a encargo da Comissão de Contratação, para fins de divulgação do ato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), como condição para sua eficácia, consoante dispõe o [art. 94, inciso II da Lei 14.133/2021](#).

Gabriel Santana Furtado Soares
Defensor(a) Público(a)-Geral do Estado
do Maranhão /DPGE/MA



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Santana Furtado Soares, Defensor Público Geral do Estado do Maranhão**, em 19/11/2025, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0293130** e o código CRC **4689F6D1**.



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

EXTRATO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. Processo nº 0004864.110000937.0.2025-DPE/MA.

Objeto: Locação do imóvel, cuja adequação ao interesse público encontra-se plenamente demonstrada pela experiência consolidada de uso, localização estratégica, estrutura física compatível e atendimento eficaz às demandas institucionais. O referido imóvel, é situado na Rua Coelho Neto, nº 352, Centro, Itapecuru Mirim - MA, com a medida de 244,65 m², destinado ao Núcleo Regional da DPE em Itapecuru Mirim - MA, nas condições e exigências estabelecidas no TR (ID: 0282827), ao custo mensal de R\$ 2.500,00 e valor anual de R\$ 30.000,00, conforme análise de regularidade DCI (ID: 0292191) e Parecer ASSEJUR nº 435/2025 (ID: 0289962) com fundamento no art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021. Contratada: MARIA DAS DORES GONÇALVES, portadora do RG 09X.X96.439-XX e CPF: 0XX.796X93-XX. Dotação: UG: 080101; Programa de trabalho: 03.092.0623.2656.023626; Natureza de despesa: 33903615 -OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FISICA / Locação de Imóveis-Pessoa Física; Fonte: 1500101000 - Recursos ordinários do tesouro. Data da Ratificação dia 19/11/2025 - Gabriel Santana Furtado Soares - Defensor Público Geral do Estado do Maranhão. CPC-DPE/MA.

Avenida Júnior Coimbra, S/N, - Bairro Renascença II, São Luís-MA (Próximo à Escola Reino Infantil) - CEP 65075-696
CNPJ:00.820.295/0001-42 / - <https://defensoria.ma.def.br> / cpldpe@ma.def.br -

0293181v1



Documento assinado eletronicamente por **Anunciação de Maria C. Barbosa, Chefe da Comissão Permanente de Contratação**, em 19/11/2025, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0293181** e o código CRC **069951F3**.



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

OFÍCIO

OFÍCIO N.º 127/2025 / CPC /Comissão Permanente de Contratação

À Senhora

Tereza Raquel Brito Bezerra Fialho

GESTORA DO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Prezada Senhora,

Encaminhamos a Vossa Senhoria, para que seja publicado no Diário Oficial, edição do Caderno de Terceiros o(s) documento(s) listado(s) abaixo:

1. EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. PROCESSO Nº 0004504.110000937.0.2025-DPE/MA.

2. EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. PROCESSO Nº 0004864.110000937.0.2025-DPE/MA.

São Luís - MA, em 19 de novembro de 2025.
Comissão Permanente de Contratação

Avenida Júnior Coimbra, S/N, - Bairro Renascença II, São Luís-MA (Próximo à Escola Reino Infantil) - CEP 65075-696
CNPJ:00.820.295/0001-42 / - <https://defensoria.ma.def.br> / cpldpe@ma.def.br -

0293190v1



Documento assinado eletronicamente por **Anunciação de Maria C. Barbosa, Chefe da Comissão Permanente de Contratação**, em 19/11/2025, às 13:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0293190** e o código CRC **F4949F3A**.

Resumo da Contratação

Visualize os dados de uma contratação

[Voltar](#)

Execução da Contratação: **453747 - 29/2025**



Dados Básicos da Contratação ^

Número do Processo	Tipo de Contratação	Compra SRP
0004864.110000937.0.2025	Inexigibilidade de licitação	Não

Fundamento Legal

Lei 14.133/2021, Art. 74, V - Aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha

Categoria	Moeda
Locação de Imóveis	Real

Objeto

Renovação da Locação do imóvel, já regularmente ocupado pela Instituição, cuja adequação ao interesse público encontra-se plenamente demonstrada pela experiência consolidada de uso, localização estratégica, estrutura física compatível e atendimento eficaz às demandas institucionais. O referido imóvel, é situado na Rua Coelho Neto, nº 352, Centro, Itapecuru Mirim - MA, com a medida de 244,65 m², destinado ao Núcleo Regional da Defensoria Pública do Estado do Maranhão em Itapecuru Mirim - MA

Id contratação PNCP

[00820295000142-1-000080/2025](#)

Lista de Materiais e/ou Serviços Incluídos ^

Item: 1 Locação de Imóvel

Código: 4316

<apelido>

Quantidade Total: 1

Unidade Fornecimento: UNIDADE

Valor Estimado (unitário): **R\$ 30.000,0000**



Artefatos vinculados ^



Atenção. Nenhum artefato foi vinculado.

Anexos ^

Nome do arquivo

Tipo

SEI_0293130_Termo_de_Ratificacao_de_Inexigibilidade.pdf

Aviso de Contratação

SEI_0293010_Deliberacao_-_Contratacao_Direta.pdf

Ato que autoriza a Cc

Nome do arquivo	Tipo
SEI_0282798_DFD___Documento_de_Formalizacao_da_Demanda.pdf	DFD
Mapa_de_Risco___Proc._0004864.110000937.0.2025___Servicos_de_Locacao_de_Imovel_de_Itapecuru_Mirim.pdf	Mapa de Riscos
SEI_0282827_TR___Termo_de_Referencia__Locacao_.pdf	Termo de Referência

Responsáveis ^

CPF	Nome	Cargo/Função
052.119.714-77	GABRIEL SANTANA FURTADO SOARES	Autoridade competente
064.745.003-87	ANUNCIACAO DE MARIA COSTA BARBOSA	Responsável pela contratação direta



Em caso de dúvidas, entre em contato com a Central de Atendimento - por meio do endereço eletrônico: <https://portaldeservicos.economia.gov.br> ou do telefone 0800.978.9001.

[Home](#) > [Editais](#)

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 29/2025

Última atualização 19/11/2025

Local: São Luís/MA **Órgão:** ESTADO DO MARANHAO - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO MARANHAO

Unidade compradora: 453747 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO

Modalidade da contratação: Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, V

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 19/11/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 00820295000142-1-000080/2025 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Renovação da Locação do imóvel, já regularmente ocupado pela Instituição, cuja adequação ao interesse público encontra-se plenamente demonstrada pela experiência consolidada de uso, localização estratégica, estrutura física compatível e atendimento eficaz às demandas institucionais. O referido imóvel, é situado na Rua Coelho Neto, nº 352, Centro, Itapecuru Mirim - MA, com a medida de 244,65 m², destinado ao Núcleo Regional da Defensoria Pública do Estado do Maranhão em Itapecuru Mirim - MA

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00

- Itens
- Arquivos
- Histórico

Número ↕	Descrição ↕	Quantidade ↕	Valor unitário estimado ↕
1	Locação de Imóvel Locação de Imóvel	1	R\$ 30.000,00

Exibir:

5

 | 1-1 de 1 itens

Página:

1

 |

<

>

[← Voltar](#)



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

R

RAIMUNDO EDUARDO DA SILVA FA...

<

SINC - Sistema de Informações para Controle

Início

Enviar

ESTADO DO MARANHÃO

TRIBUNAL DE CONTAS

×

Procedimento Contratação

Informação aceita

CNPJ

00820295000142

Procedimento

Id Procedimento

IN0132025DPEMA

ID da

Contratação

00820295000142-1-000080/2025

Pncp

Número do

Procedimento

13

Ano do

Procedimento

2025

Tipo de

Procedimento

IN

Número do

Processo

0004864.110000937.0

Ano do

Processo

2025

Data Publicação

19/11/2025

Fundamentação

Lei 14.133/2021, Art. 74, V

Critério

20

Finalidade

16

Regime

Execução

9

Objeto

Renovação da Locação do imóvel em Itapecuru -MA, já regularmente ocupado pela Instituição, cuja adequação ao interesse público encontra-se plenamente demonstrada pela experiência consolidada de uso, localização estratégica, estrutura física compatível e atendimento eficaz às demandas institucionais.

CPF da

Autoridade

05211971477

Data Sessão

Valor Estimado

30000

FECHAR

DP

0002458.110000936.0.

2025

28/10/2

https://app.tcema.tc.br/sinccontrata/gerenciar

Anexo / TCE-MA Procedimento Contratação (0293358)

SEI 0004864.110000937.0.2025 / pg. 87

1/2



ção global, com disputa, observadas as exigências contidas no Termo de Referência do Edital desta Dispensa de Licitação Eletrônica, quanto às especificações do objeto e critério exigidos, de acordo com a legislação vigente. 1.3. O valor máximo estimado da Dispensa de Licitação Eletrônica é de **R\$ 14.724,00 (quatorze mil e setecentos e vinte e quatro reais)**. 2. **LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL: Data e Horário inicial para envio das Propostas Preços:** às 08h00min do dia 25/11/2025 **Data e Horário final para envio das Propostas Preços:** às 09h00min do dia 28/11/2025 **Site Oficial do Órgão:** www.aged.ma.gov.br **E-mail da CSL/AGED/MA:** licitacao@aged.ma.gov.br 2.1. A participação na Dispensa de Licitação Eletrônica nº 003/2025 dar-se-á por meio do sistema eletrônico SIGA - Sistema Integrado de Gestão Administrativa no site www.compras.ma.gov.br, mediante o envio de proposta de preços e documentos de habilitação, na forma disciplinada no Edital da Dispensa Eletrônica nº 003/2025: 2.1.1. As informações sobre cadastramento e de como participar deste procedimento de Dispensa Eletrônica estão disponíveis no site www.compras.ma.gov.br, menu "Manuais e Downloads" e no link "Área do Fornecedor". 2.2. O credenciamento do responsável legal para representar os interesses da empresa licitante implica na responsabilidade legal da mesma pelos atos praticados pelo credenciado, bem como a presunção de capacidade técnica para operacionalização do sistema e realização das transações inerentes a Dispensa Eletrônica. 2.3. Dúvidas e esclarecimento podem ser obtidos através do e-mail Comissão Setorial de Contratação da AGED/MA. São Luís (MA), 19 de novembro 2025. Darliene da Cruz Silva, Mat. 9165-0 Agente de Contratação/CSC/AGED-MA.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO EXTRA-TO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. Processo nº nº 0004504.110000937.0.2025 -DPE/MA. Objeto: Locação do imóvel, cuja adequação ao interesse público encontra-se plenamente demonstrada pela experiência consolidada de uso, localização estratégica, estrutura física compatível e atendimento eficaz às demandas institucionais. O referido imóvel, é situado na Rua Nova Brasília, nº 246, Centro, Bom Jardim - MA, com medida de 104,83 m², destinado ao Núcleo Regional da DPE em Bom Jardim - MA, nas condições estabelecidas no TR (ID: 0283455), ao custo mensal de R\$ 2.840,64 e valor anual de R\$ 34.087,68, conforme análise de regularidade do DCI (ID: 0291744) e Parecer ASSEJUR nº 428/2025 (ID: 0287325) com fundamento no art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021. Contratada: ELINELDA DA SILVA TAVARES, portadora do RG nº 0308492xxx06-x SSP/MA e CPF: 4xx.428.xxx-34. Dotação: UG: 080101; Programa de trabalho: 03.092.0623.2656.023626; Natureza de despesa: 33903615 -OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FISICA / Locação de Imóveis- Pessoa Física; Fonte: 1500101000 - Recursos ordinários do tesouro. Data da Ratificação em 19/11/2025 - Gabriel Santana Furtado Soares - Defensor Público Geral do Estado do Maranhão. CPC-DPE/MA.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO EXTRA-TO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. Processo nº 0004864.110000937.0.2025-DPE/MA. Objeto: Locação do imóvel, cuja adequação ao interesse público encontra-se plenamente demonstrada pela experiência consolidada de uso, localização estratégica, estrutura física compatível e atendimento eficaz às demandas institucionais. O referido imóvel, é situado na Rua Coelho Neto, nº 352, Centro, Itapecuru Mirim - MA, com a medida de 244,65 m², destinado ao Núcleo Regional da DPE em Itapecuru Mirim - MA, nas condições e exigências estabelecidas no TR (ID: 0282827), ao custo mensal de R\$ 2.500,00 e valor anual de R\$ 30.000,00, conforme análise de regularidade DCI (ID: 0292191) e Parecer ASSEJUR nº 435/2025 (ID: 0289962) com fundamento no art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021. Contratada: MARIA DAS DORES GONÇALVES, portadora do RG 09X.X96.439-XX e CPF: 0XX.796X93-XX. Dotação: UG:

080101; Programa de trabalho: 03.092.0623.2656.023626; Natureza de despesa: 33903615 -OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FISICA / Locação de Imóveis- Pessoa Física; Fonte: 1500101000 - Recursos ordinários do tesouro. Data da Ratificação dia 19/11/2025 - Gabriel Santana Furtado Soares - Defensor Público Geral do Estado do Maranhão. CPC-DPE/MA.

FUNDAÇÃO ANTONIO JORGE DINO – FAJD

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 030/2025 (13936/2025). Objeto: aquisição de medicamentos antineoplásicos e coadjuvantes, para Fundação Antonio Jorge Dino. **Modalidade:** Pregão Eletrônico; **Tipo:** Menor preço por item; Data 15/12/2025 às 9:00 horas realizará a abertura da licitação em tela; conforme especificado no Edital e seus anexos. O Edital encontra-se disponível na internet, no seguinte site: www.publinexo.com.br e à disposição dos interessados no endereço Rua Seroa da Mota, nº. 23 Bairro Apeadouro, no Setor de Licitação da FAJD, em dias úteis, de segunda a sexta-feira das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 18:00h, maiores informações pelo telefone (0XX98) 3089-3196/3103. São Luís (MA), 12 de novembro de 2025. Goethe Stanley José Lima Costa da **COMISSÃO CENTRAL DE COMPRAS CONTRATOS E LICITAÇÃO – CCCCL-FAJD.**

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 031/2025 (13837/2025). Objeto: aquisição de medicamentos básicos, para Fundação Antonio Jorge Dino. **Modalidade:** Pregão Eletrônico; **Tipo:** Menor preço por item; Data 16/12/2025 às 9:00 horas realizará a abertura da licitação em tela; conforme especificado no Edital e seus anexos. O Edital encontra-se disponível na internet, no seguinte site: www.publinexo.com.br e à disposição dos interessados no endereço Rua Seroa da Mota, nº. 23 Bairro Apeadouro, no Setor de Licitação da FAJD, em dias úteis, de segunda a sexta-feira das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 18:00h, maiores informações pelo telefone (0XX98) 3089-3196/3103. São Luís (MA), 13 de novembro de 2025. Goethe Stanley José Lima Costa da **COMISSÃO CENTRAL DE COMPRAS CONTRATOS E LICITAÇÃO – CCCCL-FAJD.**

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 032/2025 (13765/2025). Objeto: aquisição de medicamentos antineoplásicos e coadjuvantes, para Fundação Antonio Jorge Dino. **Modalidade:** Pregão Eletrônico; **Tipo:** Menor preço por item; Data 17/12/2025 às 9:00 horas realizará a abertura da licitação em tela; conforme especificado no Edital e seus anexos. O Edital encontra-se disponível na internet, no seguinte site: www.publinexo.com.br e à disposição dos interessados no endereço Rua Seroa da Mota, nº. 23 Bairro Apeadouro, no Setor de Licitação da FAJD, em dias úteis, de segunda a sexta-feira das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 18:00h, maiores informações pelo telefone (0XX98) 3089-3196/3103. São Luís (MA), 14 de novembro de 2025. Goethe Stanley José Lima Costa da **COMISSÃO CENTRAL DE COMPRAS CONTRATOS E LICITAÇÃO – CCCCL-FAJD.**

EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2025-EMAP A EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP, por meio da sua Comissão Setorial de Licitação, torna público aos interessados que o Pregoeiro da EMAP, com base nas razões constantes do recurso da empresa F A MORAIS, no posicionamento do setor técnico responsável pela análise técnica da proposta de preços, de que o produto ofertado não atende às exigências do edital, JULGOU PROCEDENTE o citado recurso e RECONSIDEROU a sua decisão para desclassificar, com base nos subitens 7.4, 7.4.1 e 7.4.3 do edital, a proposta de preço da empresa BUNZL EQUIPAMENTOS



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

DESPACHO

CPC / Comissão Permanente de Contratação

DESTINATÁRIO

Segunda Subdefensoria Pública do Estado,

Considerando o processo nº **0004864.110000937.0.2025**, **Locação imóvel - Núcleo Regional de Itapecuru Mirim**,

Retornamos os autos do presente processo administrativo, informando que foram integralmente cumpridas todas as formalidades de publicidade relativas ao **Extrato de Inexigibilidade de Licitação**.

As providências incluíram o envio para publicação no **Diário Oficial do Estado (DOE)** e a devida divulgação no **Portal Nacional de Contratação Pública (PNCP)**, bem como no **Sistema SINC-CONTRATA do Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, em conformidade com as exigências legais. Os comprovantes das publicações encontram-se anexados ao processo, atestando sua transparência e regularidade. Destaca-se que o envio das informações ao **SINC-CONTRATA foi aceito**, conforme comprovam os *layouts* anexos a este expediente

Dessa forma, comunicamos o **encerramento do presente processo** no âmbito da Comissão Permanente de Contratação (CPC), uma vez que a contratação direta já foi concluída.

São Luís - MA, em **26 de novembro de 2025**.

Raimundo Eduardo da Silva Farias
Assessor Sênior
Comissão Permanente de Contratação



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo Eduardo da Silva Farias, Assessor Sênior**, em 26/11/2025, às 10:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0295142** e o código CRC **2900A40A**.